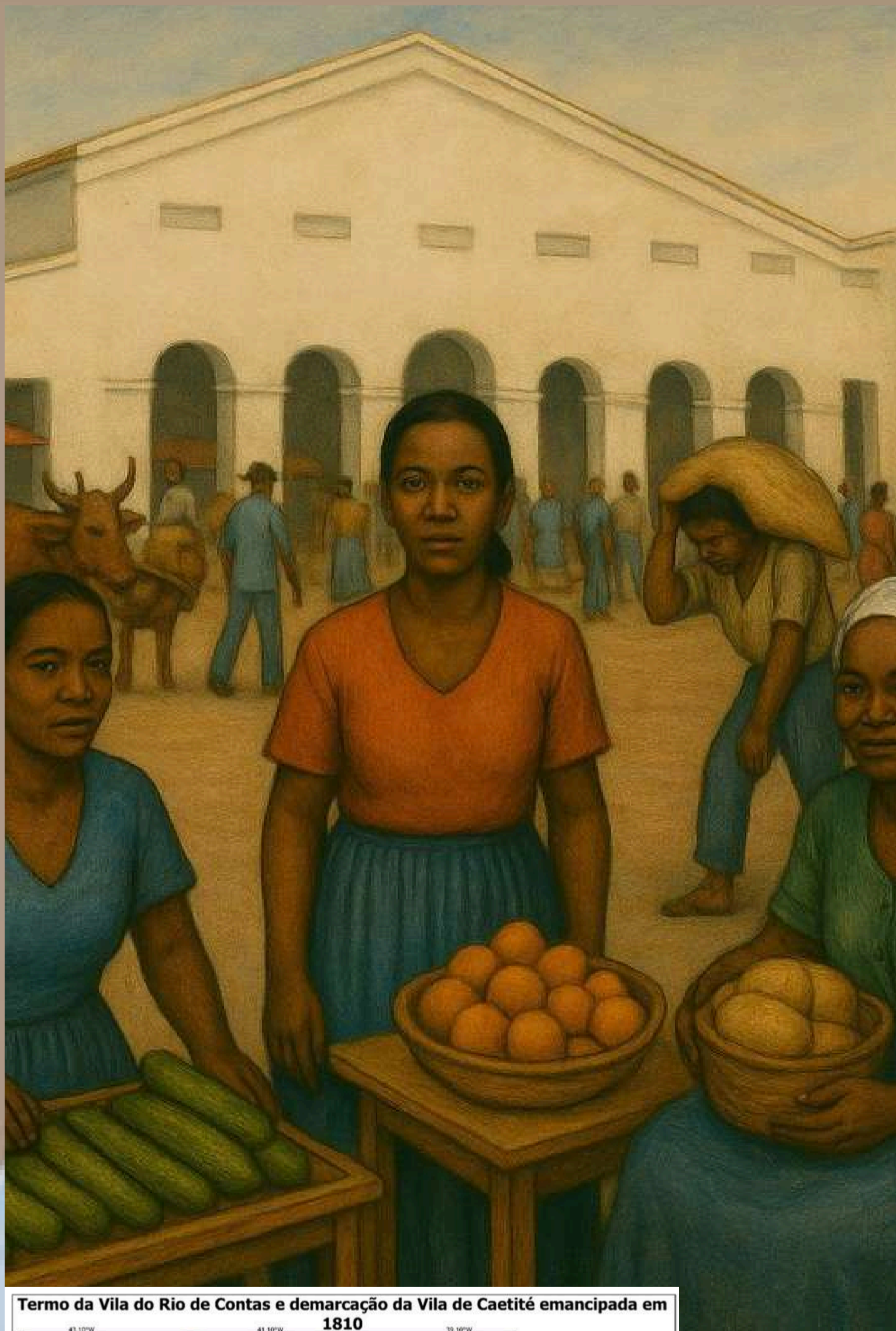
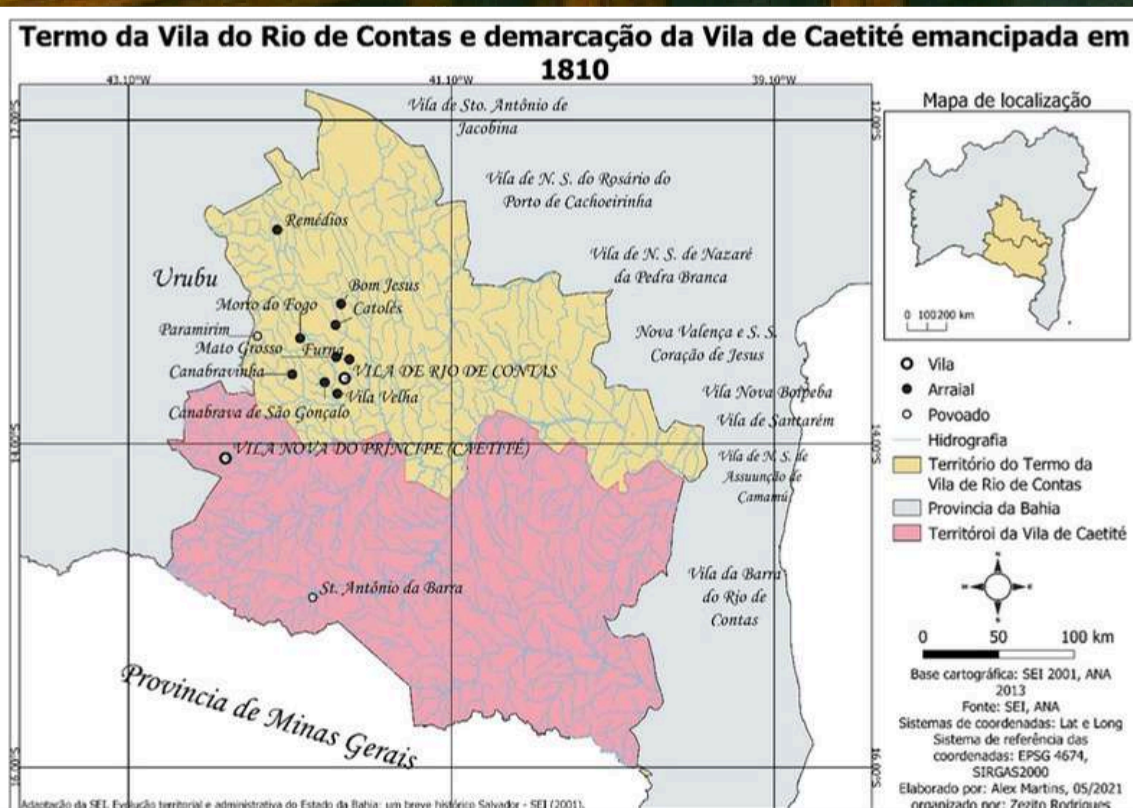


As mulheres dos sertões da Bahia (sec. XVIII e XIX) em Revista: uma proposta didática para 2ª série do Ensino Médio

CONTRIBUIÇÕES HISTORIOGRÁFICAS DOS SERTÕES NO INÍCIO DO SÉCULO XXI



10/02/2026



Quedma
Carvalho



Editorial

A revista digital tem como objetivo ser uma ferramenta disponível ao professor de História do Ensino Médio, que contribua para o processo de ensino e aprendizagem da História. Para isso, estabelece alguns objetivos:

- Oferecer ao professor informações históricas e historiográficas sobre as regiões dos sertões da Bahia;
- Fomentar um percurso da formação do pensamento histórico, que articula conceitos, conteúdos, categorias e princípios com vistas a construir para atribuição de sentidos;
- Identificar os diferentes grupos de mulheres e destacar as suas formas de viver e trabalhar nos sertões entre os séculos XVIII e XIX;
- Fornecer aos estudantes do Ensino Médio representatividades de mulheres da sua região (os sertões da Ressaca e o Alto Sertão) ao longo dos séculos XVIII e XIX

Neste sentido, esperamos que mergulhem e deleitem-se nas conexões dos conhecimentos históricos trazidos por importantes historiadores sobre os sertões baianos: Ivo (2012), Ribeiro (2019), Neves (2012) e Pires (2010), que debruçaram em suas pesquisas potencializando as sombras dos acontecimentos passado, mas de contornos acentuados, permitindo que os vislumbres da história brasileira dos séculos XVIII e XIX, a partir da complexidades das relações locais ganhem, através da didática histórica reconstrutivista em Schmidt (2020 / 2021), uma de aprendizagem histórica de significado. Esse processo resulta em saber histórico, que instrumentaliza os estudantes a usá-lo bem além dos muros escolares, a usarem principalmente como sujeitos sociais.

Sumário

As inspirações na Didática Reconstitutivista e os apontamentos das estruturas educacionais.....	4
Tipologia Da consciência histórica por Schmidth (2021).....	5
Os sertões na historiografia tradicional.....	6
Os sertões da Bahia sob a perspectiva das historiografias recentes.....	6
As mulheres nos espaços dos sertões da Bahia	8
As diferentes mulheres nos sertões da Bahia narradas em Ivo (2012) e Ribeiro (2019).....	10
Histórias cruzadas de outras mulheres em Ribeiro (2019).....	15
Fragmentos de vida das mulheres nos sertões baiano do século XIX.....	16
As ações das mulheres livres – grandes e médias fazendeiras.....	19
Estratégias para a liberdade.....	20
Exemplo de Aula Histórica.....	22
Autoavaliação das aulas anteriores individual.....	30
Referências.....	31

As inspirações na Didática Reconstrutivista e os apontamentos das estruturas educacionais

Olá, professor(a) de História do Ensino Médio na Bahia! Este material tem o intuito de convidá-lo a refletir sobre os cumprimentos das normas dos documentos oficiais, principalmente o Documento Curricular Referencial da Bahia, o DCRB - 2022, mas não de forma mecânica, reprodutivista e generalista. Aqui se propõe o fazer histórico pedagógico comprometido com uma aprendizagem histórica com sentido para a vida (Rusen, 2001).

Tendo como propósito a utilização dos conhecimentos históricos para manifestar pensamento histórico metodizados para que os estudantes desenvolvam um saber histórico, ou seja, onde as narrativas históricas são baseadas em critérios científicos de racionalidade históricas, os quais contribuem para que as operações mentais realizadas pelos sujeitos fortaleçam, a partir da lógica, as competências e habilidades que deem conta de refletir e analisar as complexidades de dimensões das temporalidades, dos espaços, dos sentidos e considerem diferentes intenções dos grupos e sujeitos.

Correlacionada ao objetivo acima, orienta Schmidt (2021), aos professores de História, que o desenvolvam as ações didáticas reconstrutivistas, pois estas se baseiam em proposituras de que os pensamentos históricos, devem ser articulados às estruturas semelhantemente ao dialogismo Bakhtin na construção do saber histórico, salientando as diversidades dos discursos e da parcialidade, ciente dos contextos e dos interlocutores.

Schmidt (2021) aponta que as pesquisas no campo educacional têm se preocupado com a qualidade investigativa própria da ciência da História, na qual o saber histórico é um extrato da “[...] experiência humana com sua interpretação e orientação para vida prática”. Para ela, tantos os alunos quanto os professores realizam em conjunto a construção da aprendizagem histórica. Destacando as funções do professor de história, como: investigador e orientador, que busca identificar, entender e aprofundar a formação do pensamento histórico, desde a manifestação científica até consolidação do pensamento histórico alicerçado aos processos da cognição histórica.

Os professores partem das multiperspectivas da natureza do conhecimento histórico, de maneira que a utilização dos diversos recursos pedagógicos e os diagnósticos da aprendizagem devem ser atentadas por toda produção dos alunos. O docente, como orientador, tem a responsabilidade de referenciar e intervir para fomentar o aprendizado histórico relevante. Portanto, se faz necessária às instituições critérios para realizações de diagnósticos da aprendizagem e o estabelecimento de categorias, que dialogam com os processos formativos de identificação do conhecimento histórico com as habilidades históricas, permitindo verificar as interpretações das operações mentais, isto é, o desenvolvimento da Consciência Histórica.

Schmidt (2021) salienta que a Didática Reconstrutivista se fundamenta na concepção de um pensamento histórico, que se utiliza do dialogismo na construção do saber histórico. A autora lembra que a preocupação com a aplicabilidade prática da aprendizagem histórica deve ser considerada desde o início, com o objetivo de promover a ampliação da Consciência Histórica do aluno. Sua finalidade, portanto, é o domínio do processo do conhecimento histórico, baseado na racionalidade histórica relacionada às narrativas históricas e capacidade prática da aprendizagem nessa área.

Pina e Silva (2020) evidenciam o estudo de Schmidt sobre Didática Reconstrutivista como uma “leitura inovadora”, pois na sua conceituação estabelece uma formação emancipadora das aulas de História. Neste sentido, ressaltam:

[...] o conceito da Didática Reconstrutivista da História como adesão ao fato de que a aprendizagem e a cognição histórica precisam ser referenciadas na História, na intenção de estabelecer metodologias que privilegiem, durante a aula de História, a relação passado, presente e futuro como uma reconstrução que possibilite novas narrativas históricas (2020, p. 230).

Há, assim, múltiplas contribuições indicando os processos de construção do pensar historicamente, inspiradas inicialmente por Rusen (2001) e reinterpretadas por diversos intelectuais da corrente rüseniana. Ressaltam-se aqui as dez representações das Categorias que compõem as competências do pensamento histórico, usadas por Schmidt (2020) para orientar a prática pedagógica do professor historiador, uma vez que nelas a narrativa histórica é atribuída um sentido.

Schmidt (2020) destaca as seguintes categorias: Argumentação, Significância, Evidência, Mudança, Empatia, Interpretação, Explicação, Motivação, Orientação e, finalmente, experiência (Percepção). Todas essas possibilidades podem ser mobilizadas ao usar as historiografias escolhidas como instrumento para entender a história dos sertões da Bahia. Portanto, começam a referenciar as orientações dos modos, tempos e dos sujeitos históricos, que viveram nestes sertões da Bahia, colocando-os não à margem dos eventos históricos da sociedade brasileira, mas como um componente ativo dela.

Para tanto, cabe atentarmos ao quadro sobre as tipologias da Consciência Histórica sintetizadas e apresentado por Schmidt (2021), no qual destaca, a partir das tipologias da Consciência Histórica, as estruturas importantes utilizados pelos estudantes, como: QUESTÕES, PENSAMENTOS HISTÓRICOS, ORIENTAÇÕES e NARRATIVAS, revelam as habilidades e competências mobilizadas pelos estudantes e como os mesmos podem ser mobilizados pelos professores historiadores no intuito de orientar a sua prática nas aulas de história para aprofundar e ampliar a metacognição histórica dos estudantes a serem estimulados para além da esfera educacional, mas principalmente em suas vidas, como sujeito social.

Tipologia da consciência histórica por Schmidh (2021)

Nesse sentido, convido para relembrar brevemente as tipologias da Consciência Histórica citadas em Schmidt (2021):

- **Tradicional:** Evidenciam as seguintes características - nas indagações o domínio do senso comum, moldados à moralidade existente, categorizando a temporalidade no sentido de continuidade unidirecional de estruturas rígidas, que promovem uma narrativa consequencial e que justifica a construção da identidade esperada;
- **Exemplar:** A partir do passado é possível comparar para poder constatar, uma regra comum, possibilitando identificação de regras e princípios gerais a serem aplicados a toda a sociedade para servir de parâmetros de lições a serem aprendidas para ser seguidos ou evitados.
- **Crítica:** Nesta as percepções das contradições guiam as relações e interpretações dos grupos de sujeitos, que se opõem e portanto, constroem suas identidades nas rupturas, nos conflitos presentes em cada momento, ou seja, a tensão e oposição constantes nas dimensões temporais.
- **Genética:** As subjetividades contextuais das relações humanas são meios de investigar as dimensões temporais, por isso, a contextualização é necessária, já que há interações entre a continuidade e a mudança nas dimensões temporais são importantes para compreensão da vida.
- **Dialógica:** A necessidade de perceber que as interações das subjetividades, assim como as conexões dos diferentes grupos de sujeitos estabelecem são singulares. Portanto, é preciso perceber as articulações não apenas para entender, mas também para mobilizar intencionalmente e, assim, construir diálogos capazes de organizar e atribuir sentidos no intuito de que o sujeito se entenda não apenas enquanto sujeito histórico e protagonista para construir seu percurso, como também, da sua relevância como ser social de responsabilidade do coletivo, construtores conscientes da sociedade desejada.

Sendo assim, ao propor as reflexões didáticas apresentadas em Schmidt (2020 e 2021), resalto a você, estimado colega, a preocupação com a aplicabilidade das estratégias escolhidas em seu plano de aula com a aprendizagem histórica, deve levar em consideração, desde o princípio, o objetivo de desenvolver e ampliar o tipo da Consciência Histórica que os estudantes manifestam nos discursos narrativos, mediante os diferentes meios investigativos, que nós professores utilizamos ao atuar nas estruturas dos objetos de conhecimentos estipulados pelos documentos oficiais da Secretária da educação.

Dessa forma, convido ao nobre colega para que, junto com seu alunado construam narrativas significativas, sugiro que lance mão dos elementos fornecidos pelas pesquisas historiográficas recentes, em especial, sobre as mulheres do espaço local, atentando-se para uma diálogo com as experiências concretas dos sujeitos, as carências socialmente manifestadas e os conhecimentos históricos. e, assim, aguçar o desenvolvimento de uma consciência histórica capaz de identificar e dialogar com as subjetividades.

E assim, promover e estimular os meios, em parceria com os estudantes, possibilidades que impulsionem a autonomia, o protagonismo e a autorreflexão dos sujeitos, refletindo e entendendo, não apenas a complexidade de si, enquanto sujeito histórico, como também do cidadão ativo e consciente na e da sociedade. em que se encontra inserido.

Nesse passo, apresento aqui, um recorte das propostas das exigências curriculares impositivas dos documentos norteadores impostos pela SEC- BA, os pontos estruturais do currículo da 2ª série, as ideias substantivas dos objetos de conhecimentos associado e alinhado as seletivas de trechos dos textos das historiografia contemporâneas estudadas por mim, sob o viés temático de gênero no espaço local.

Por isso, segue abaixo uma seletiva das estruturas definidas à 2ª série do Ensino Médio do currículo oficial descrito e determinado pelo DCRB-BA, 2022.

Objetivos articulados ao DCRB:

Objetivo:

- Apresentar e correlacionar os espaços dos sertões da Bahia - Sertão de Cima e o Sertão da Ressaca - dos séculos XVII e XVIII parte natural do DCRB/2022.

Objetos de Conhecimentos do DCRB mobilizados:

- O processo de interiorização e ampliação do território da América portuguesa: criação de gado no sertão nordestino e no sul, drogas do sertão, atuação jesuíta e mineração;
- O patriarcado e a sociedade colonial;
- A força de trabalho escrava no Brasil Colonial: indígenas e africanos; tipos de trabalho; violência na relação com os senhores.

Competência específica da área de conhecimento e Habilidade relacionada a competência:

C1: Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.

Habilidade relacionada à competência

- (EM13CHS201) Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.

C2: Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.

Habilidade relacionada à competência

- (EM13CHS204) Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas.

HABILIDADES BAHIA

(EM13CHSBA02) Analisar, compreender e caracterizar processos históricos, econômicos, políticos, sociais e culturais da Bahia, tendo em vista suas peculiaridades regionais e o seu papel no cenário nacional.

Os sertões na historiografia tradicional



RLado norte de Canudos, à direita Igreja de S. Antônio e à esquerda Igreja de Bom Jesus. Fotografia de Flávio de Barros. 1897. Arquivo Histórico Museu da República
FONTE: <https://museudarepublica.museus.gov.br/cronologia-resumida-da-guerra-de-canudos-e-de-euclides-da-cunha/>



Uma casa em Canudos. Fotografia de Flávio de Barros. 1897. Arquivo Histórico Museu da República.
FONTE: <https://museudarepublica.museus.gov.br/cronologia-resumida-da-guerra-de-canudos-e-de-euclides-da-cunha/>

A historiografia por muito tempo construiu e manteve um conceito sobre o sertão, repleto de aspectos negativos. Neves (2007) descreve, que a historiografia tradicional denota ao sertão a equivalência a um espaço distante, de imprevisibilidade, de despovoado, desordem e pobreza, como se fosse o antagonismo das regiões litorâneas, como local de fronteira de conflitos desde o tempo colonial, mas que ao longo tempo desenvolveram e ampliaram as interpretações ligada à: simbologias, ideias, vegetação, de sentidos - econômicos e sociais e até místico. Sendo assim, o conceito relacionado ao sertão Neves (2007) enuncia:

Generalizou-se o conceito de sertão para vasta área do interior brasileiro, como expressão da pluralidade geográfica, social, econômica, cultural, numa equiparação à ideia de “região”, exposta como espacialização destacada num continente, país ou subunidade setorial de poder, caracterizada pelas relações sociais e de trabalho, condições materiais, recursos ambientais, a natureza do que produzem, espécies de bens comercializados, formação étnica, manifestações culturais. Como categoria analítica da divisão espacial, “sertão” exprime condição de território interior de uma região, ou de uma unidade administrativa interna (Sertão Nordestino, Sertão da Bahia), de zoneamento dessas espacializações (Alto Sertão da Bahia, Sertão de Canudos, Sertão de São Francisco) ou ainda o sertão do bandeirante, que inclui o interior de outras unidades da federação, fora do semi-árido ou polígono das secas. (Neves, 2007, p. 15-16).

Os sertões da Bahia sob a perspectiva das historiografias recentes



Neste sentido, cabe aqui apresentar e reforçar as especificações histórica e espacial dos sertões da Bahia, que são as áreas de zoneamentos das espacializações das quais deseja-se enunciar as informações e os conhecimentos históricos das produções historiográficas selecionadas Ivo (2012), Ribeiro (2019), Neves (2012) e Pires (2009), ou seja, o Sertão de Cima e o Sertão da Ressaca. Sobre estes espaços Furtado (2023) descreve como o local de conexões, onde “as minas servem de ligação entre as terras minerais de Minas Gerais e as da Bahia (2023, p. 128). Tendo como referência o rio São Francisco e os outros rios fortes da região, serviam mais como referencial geográfico, que permitia a ligação espacial de entre territórios sertanejos descontínuos, do que como meio de transporte para os viajantes (2023, p. 129).

Entende-se como sertões, segundo Ivo (2012) o recorte espacial apresentado em sua pesquisa: o “Sertão de Minas Novas, Sertão da Ressaca e Alto Sertão da Bahia” (2012, p. 32), referindo como “os sertões guardavam a singularidades múltiplas, trânsitos e mobilidades e, assim como as cidades coloniais abrigavam movimentos de pessoas e de produtos das mais diferentes partes do Império ultramarino português, tal como se verificara nas áreas urbanas” (2012, p. 33).

Dessa forma, a autora traz a ideia de sertões de movimento, de circularização de diversos tipos de gentes, de mobilidades sociais, de singularidades culturais resultantes dos encontros, das mercadorias, enfim, da pluralidade dos sertões, já que as imprecisões e disputas e influências territoriais não se limitavam às fronteiras convencionais das províncias, mas decorrentes das sínteses das misturas e conexões das múltiplas gentes e de seus interesses.

O Sertão da Ressaca é apresentado em Ivo (2012), “grosso modo, o município da Imperial Vila da Vitória” (2012, p. 32), que também compunha o Alto Sertão da Bahia, onde se destacou, durante o século XVIII, as ações de “João Gonçalves da Costa, português e preto forro, foi o mais importante pioneiro das imersões portuguesas nos sertões da Bahia, principalmente no Sertão da Ressaca” (2012, p. 28). Ivo (2023) reafirma o Sertão da Ressaca, como área da região “do centro-sul da capitania da Bahia”, semelhante área de influência de correspondência, atual, da cidade de Vitória da Conquista.

Ivo (2023), certa das incidências e conexões entre os três sertões, “do centro-norte da capitania de Minas Gerais (comarca do Serro do Frio-sertão de Minas Novas) e do centro-sul da capitania da Bahia (sertão da Ressaca¹³⁰, Sertões de Cima¹³¹) formavam os cenários da conformação de algumas das famílias sertanejas mais destacadas (2023, p. 279). E que, portanto, as relações de comércios e acordos transitavam fortemente dentro das as regiões e por consequência manifestando as relações de controles e administrativas, do período colonial pela corte portuguesa e do período imperial, do Brasil colônia.

As ações femininas, as trajetórias e as formas de viver dos mais diversos tipos dos grupos de mulheres têm sido presentes nas narrativas historiográficas da contemporaneidade e como afirma Rago (1995): “um alargamento do próprio discurso historiográfico, até então estreitamente estruturado para pensar o sujeito universal, ou ainda, as ações individuais e as práticas coletivas marcadamente masculinas” (1995, p. 81). Tal espaço, ocupado pelas pesquisas, que incluíam as mulheres, fomentou as percepções singulares, que marcam as relações sociais dentro do contexto espaço tempo estudado.

Salienta-se, que mesmo diante dos padrões ditos comuns instituídos as manifestações nos cotidianos são palcos de ações diversas, e neles ocorreram casos que fogem dos padrões normalizadores, mas sem rompê-los. Paiva (2023b), enfatiza a interpretação em que as mulheres agiam e viviam de formas diferentes relatadas das narrativas generalistas dos estudos tradicionais.

O historiador, ao longo de seu discurso, enuncia as mulheres como protagonistas de muitas das ações e que registros históricos revelam vestígios contundentes, que permitem perceber pelas trajetórias das suas vidas diversidades de comportamentos e formas de relacionar particularidades que põem à prova a uniformidade das ações e formas de viver das mulheres não apenas entre os grupos sociais distintos, mas dentro do que seria apontado como seus pares.

Paiva (2023b) assegura que as mulheres não podem ser vistas como sujeitos históricos passivos, apático e subordinados a padrões e costumes como se fossem eternas vítimas das condições. Evitando análises simplistas, mas que devem ser levadas em considerações as complexidades dos espaços, tempo e das possibilidades de conexões dentro e entre as redes de relacionamentos, sendo que nem em todas as pesquisas tradicionais as mulheres são ignoradas. Para ele, é preciso refletir sobre o contexto histórico das produções historiográficas e inferir a subjetividade nas interpretações das análises das obras historiográficas tradicionais.

No entanto, é apropriado dizer, que as interpretações não podem ser lidas como verdades absolutas ou sentenciamentos das leituras da historiografia tradicional, e sim pela necessidade de contextualizá-las. E assim, como expõe Paiva (2023b), utilizar das ampliações das concepções das fontes e dos novos entendimentos das historiografias atuais com as compreensões mais alargadas e diversificadas, das formas das relações humanas, e portanto, acrescentadas mais complexidades as recentes pesquisas e possibilitando enxergar as singularidades dos contextos históricos investigados.

Através de Paiva (2023b), é possível entender, a partir das investigações das fontes, diversas e confrontadas, as possibilidades de enxergar as ações, modos de vidas e as trajetórias das mulheres que foram construídas por elas na busca de alcançar seus objetivos. E que as estruturas e as representações, que ocupam são modificados e reorganizados diante dos resultados das experiências, das vivências e das interações das mais diferentes áreas socioeconômicas e culturais, que não podem ser lidas de forma dissociada, mas de maneira conectada.

E assim, é notável a conclusão da necessidade de classificar e interpretar as mulheres como sujeitos históricos: reducionista a padrões generalistas e estereotipadas, de modos específicos e complexos correlacionados e agentes protagonistas nos e dos tempos históricos.

As mulheres nos espaços dos sertões da Bahia

fonte: <https://agenciasertao.com/2022/04/14/colheita-de-algodao-comeca-na-regiao-de-guanambi-com-perspectiva-de-aumento-da-producao-e-productividade/>

AS MULHERES E SUAS FORMAS DE VIVER E TRABALHAR NOS SERTÕES DE CIMA E DA RESSACA em Ivo (2012) e Ribeiro (2019)

As reflexões sobre as mulheres nos sertões da Ressaca e Cima, nos períodos dos séculos XVIII e XIX, são de grande valia, permitindo e incentivando a construção dos conhecimentos históricos de maneira mais diversificada e significativa às aprendizagens do Ensino de História aos alunos da etapa do Ensino Médio, que residem nessas especializações. Reconhecendo esses espaços sociais e históricos como participantes e produtores dos acontecimentos históricos a níveis para além do local superando os efeitos e ações dos conhecimentos isolados e restritos, mas repercutindo-os como sínteses das interpretações das redes de conexões.

As experiências das formas de viver e trabalhar das mulheres, desses territórios, nas suas trajetórias de vida, revelam os comportamentos, os aspectos, os acontecimentos e os valores correspondentes aos períodos históricos Brasil nos séculos XVIII e XIX, significando e enriquecendo as interpretações dos pensamentos históricos na construção dos conhecimentos e a autonomia dos usos dos saberes históricos. As experiências de vida das mulheres sertanejas, não apenas as reconhecem como sujeitos históricos presentes e ativos nos sertões da Ressaca e Sertão de Cima, como amplia e qualifica a construção do saber histórico de todos os sujeitos, que constitui as sociedades contemporânea desses sertões.

As diferentes mulheres investigadas pelos historiadores Ivo (2012) e Ribeiro (2019) confirmam o dito acima em Paiva (2023b), de que o protagonismo dessas agentes históricas, que nas maneiras de viver e do labutar nesses sertões contribuíram ativamente nos processos históricos, que construíram nas estruturas e organizações da sociedade do Sertão Cima e do Sertão da Ressaca.

Ivo (2012) retrata os sertões na Bahia no século XVIII como espaços diversos, ricos e complexos, que se desdobram em relações socioeconômicas próprias e conectadas aos interesses e ordenanças da coroa portuguesa e, posteriormente, no período imperial brasileiro, da corte imperial. Os espaços múltiplos, cheios de riquezas, “mobilidades”, de trânsitos de sujeitos históricos com “diálogos culturais”, que confeccionaram teias de relações que os caracterizam como meio ambiente desafiador, como distâncias, combates e conflitos, não podem ser reduzidos à escassez de riquezas, produções, interações e conhecimento. Ivo (2012), em seu estudo, reflete sobre os sistemas administrativos português, sobretudo os de controles das riquezas retiradas e produzidas nos sertões.



Representação das mulheres de caminho feito por um aplicativo de IA para simbolizar atuação de mulheres na liderança e organização de tropas, em especial mulheres miscigenadas., fruto dos relatos dos escritos de Ivo (2012)
Fonte: Imagem representativa feita por IA pelo Cledson

Ao discorrer sobre “as mulheres de caminho[1]” envolvidas com as práticas comerciais, da circulação de mercadoria de contrabando daqueles e ampliação das rotas de conexões, terrestres e fluviais, enfatiza, que por onde se desenrolaram as ações masculinas, também de mulheres nos sertões baianos setecentistas, conduziam suas vidas e constituíam trajetórias de vidas assimétricas às narrativas generalistas tradicionais.

As mulheres responsáveis por inúmeras e pesadas cargas, conforme descreve Ivo (2012), em geral tinham cor e corpos mestiços e se distinguíam das outras, que se tinham as práticas controladas e constantemente vigiadas não apenas pelos homens, mas também de toda a sociedade sob a lente das normas morais da época. Diante das fontes que registraram as distintas comerciantes, a autora enuncia: “ A significativa presença feminina transitando nos caminhos de terras e de águas, levando e trazendo, por exemplo, toneladas de peixe ou dezenas de surrões de sal para os sertões, nos conduz à reflexão sobre o grau de mobilidade espacial e social alcançados por elas” (Ivo, 2012, p. 270).

A imagem abaixo trata da Tabela XXXV, que é parte dos resultados das análises dos livros oficiais de fiscalizações, que foram parte das fontes históricas investigadas pela a historiadora Ivo (2012).

[1] Ao utilizar a expressão “Mulheres de caminho”, a autora Ivo (2012, 2023) a estabelece para denominar as mulheres que estavam semelhantemente e concorrentes aos homens de caminhos - viandantes, comboieiros, tropeiros, passadores, comerciantes, contratadores e arrematadores dos contratos das entradas e caminhos oficiais e clandestinos, “conduziam toneladas de mercadorias em surrões” (IVO, 2012, p. 270).

Tabela XXXV - “Mulheres de caminho”

Registros	Total de Homens de caminho	Total de mulheres	Mulher escrava	Escrava de forro	Preta forra	Parda forra
Araçuaí	281	12	—	—	—	—
Galheiro	788	18	—	—	—	—
Inahacica	532	14	01	—	—	—
Itacambira	168	20	—	01	01	—
Jequitinhonha	399	04	—	—	—	—
Pitangui	93	02	—	—	—	—
Rio Grande	321	02	—	—	—	01
Rio Pardo	76	01	—	—	—	—
TOTAIS	2.658	73	01	01	01	01

Fonte: Anais dos registros fiscais.

FONTE: IVO, Isnara Pereira. Homens de Caminho: trânsitos, comércio e cores dos sertões da América portuguesa. Século XVIII. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012 – p. 271.

Dentre as fontes de pesquisas, as de registros fiscalizações oficiais, nos quais as ações dos comerciantes e suas atividades de circulação pelos sertões foram e são notadas, Ivo (2012) constata cerca de 73 mulheres e que 69 delas possivelmente não eram brancas, inclusive descrita, dentre o total destas mulheres, a presença de uma escrava e três forras são confirmadas. Além disso, Ivo (2012) afirma:

A análise sobre o comércio entre os sertões de Minas Gerais e da Bahia leva-nos a olhar o mundo feminino, sobretudo a sua versão mestiça, crioula e negra. Mulheres multicores, que mesmo sob a ótica de bandos e interditos, estavam inseridas, embora em número reduzido, no mundo dos homens de caminho, no mundo masculino de arrematadores de contratos de entradas, dos comboieiros, dos viandantes, dos negociantes e dos tropeiros. Há muito a historiografia vem trazendo à cena inúmeros exemplos de mulheres não-brancas, escravas, forras e nascidas livres, que atuaram fortemente nas sociedades em que se inseriam, construindo suas histórias de inserção e de mobilidade no cotidiano no universo colonial. Várias trajetórias femininas – individuais ou coletivas – tem sido recuperadas no sentido de demonstrar diferentes estratégias de sobrevivências experimentadas por elas, não só nas cidades, vilas e povoados, mas, também, nas ruas, nas vendas e nos caminhos coloniais. (IVO, 2012, p. 271).

Em Ivo (2012), as possibilidades das reflexões sobre as ações, as formas de viver e as trajetórias das vidas femininas, são diagnósticas como dinâmicas e interativas. Sendo as mulheres agentes ativas num mundo masculino, bem pouco auspicioso a elas e mesmo assim, os resultados dos seus trabalhos foram de relevância semelhantes aos dos homens de caminho, pois neste espaço se caracterizava pela “diversidade econômica dos sertões, ou seja, o comércio e a sua natureza de movimento permitiram que estas mulheres circulassem pelos caminhos e picadas, levando valores, ouro em pó ou produtos e construindo alternativas às formas de aquisição de liberdade e as formas de inserção social no mundo dos livre “branco”” (2012, p. 279).

Semelhantemente, Ribeiro (2019) também registra as mulheres setecentistas dos sertões da Bahia como agente ativo da história e como força propulsoras, não apenas de suas vidas, mas da sociedade, que estão inseridas. E que as formas de viver, as trajetórias e as ações femininas viabilizaram as explorações e contornos aos territórios dos sertões. Já os homens se encontravam em constantes movimentos, devido predominarem nas atividades comerciais e nos combates dos nativos. Ribeiro (2019) apresentam as senhoras das fazendas como responsáveis na consolidação das posses das terras, mediante os cuidados em tornar rentáveis as atividades econômicas empregadas nas grandes fazendas agropecuárias do Sertão de Cima e da Ressaca.

Ribeiro (2019) aborda a temática do “[...] trabalho feminino na formação das primeiras fazendas de gado nos sertões baianos no processo de expansão da colonização no século XVIII” (2019, p. 16). São foco de sua pesquisa tanto as mulheres da elite quanto outras mulheres em condições diversas examinadas nas confrontações de fontes. Essa perspectiva enriquece ainda mais o olhar sobre um espaço tão diverso, onde as misturas dos corpos, de maneira forçada ou não, intencionalmente ou não, arregimentaram conhecimentos e serviram de mobilidades, além de fornecer contornos às sociedades das mais variadas comunidades sertanejas pelos sertões afora.

O historiador considerou as mestiçagens das mulheres sertanejas e que os conhecimentos das ações e prática do trabalho feminino aplicados, principalmente entre as senhoras administradoras das fazendas, devido a ausências comuns de seus maridos. Foi possível e vantajoso, em virtude dos conhecimentos transmitidos, ressignificados e readaptados das contribuições dos conhecimentos culturais compartilhados entre as mulheres em destaque na sua pesquisa, a da cultura indígena, afirma Ribeiro (2019): “...transição e transmissão cultural dos “hábitos, instituições, técnicas e idiomas” indígenas que gradativamente foram amalgamando a cultura portuguesa, numa lenta sedimentação através das gerações” (2019, p. 21).

As mulheres apresentadas em Ribeiro (2019) estão sobre forte pressão e vigilâncias normativas da sociedade do momento histórico analisado, sendo possível verificar, diante das fontes, que as mulheres sertanejas desfrutavam de uma certa liberdade causada pelas ausências dos homens, que constantemente estavam distantes devido aos seus afazeres. Caracterizam-se as fazendas dos sertões baiano como espaço variedades das atividades aplicadas e das relações, sendo um ambiente, complexo, interativos, de mobilização e mobilidade social ainda nos séculos XVII e XVIII. Para Ribeiro (2019), é necessário compreender, perante a confrontação das fontes, que muitas das mulheres administradoras possuíam semelhanças ao tronco familiar de Ana Francisca, a de miscigenação:

Nas análises feitas ao tronco familiar de mulheres foi possível observar e constatar a variabilidade das ações das mulheres na identificação das outras, que permeiam as análises, as quais são dos diversos grupos sociais (mamelucas, preta forra, indígenas, mulher do vaqueiro, proprietárias de terras brancas. .) imbricadas no processo histórico e não a margem. (Ribeiro, 2019, p. 28)

É a partir dos estudos feitos pelo historiador, que debruçou sobre registros históricos, que diretamente e indiretamente enunciavam informações sobre tronco materno de Ana Francisca, nas quais as ações e as trajetórias de vidas das mulheres sertanejas investigadas, são possíveis identificar os motivos e meios, pelos quais fazendas nos sertões, em especial do Sertão de Cima, a fazenda de Campo Seco, foram consolidadas e prosperaram, garantindo estruturas do povoamento e contribuição para o desenvolvimento desta região.

Para Ribeiro (2019), reconhecer as formas de trabalho, do viver e as trajetórias de vidas das mulheres administradoras das fazendas dos sertões da Bahia, sobretudo as das pioneiras, é possibilitar o entendimento de que a interiorização e a fixação dessas são frutos do funcionamento das interações dos homens e mulheres colonizadores em que os papéis desempenhados pelas “mulheres nas ausências dos maridos, mas também com os tais permanências no domicílio se configuraram em movimentos de sedimentação lenta e contínua do fazer feminino ao longo dos tempos” (2019, p. 73), contribuindo significativamente na formação dos espaços dos sertões da Bahia.

AS DIFERENTES MULHERES NOS SERTÕES DA BAHIA NARRADAS EM IVO (2012) E RIBEIRO (2019)

Foram analisadas fontes primárias: os arquivos de fiscalizações, impostos pela coroa portuguesa, na tentativas de controle das transações comerciais, nas áreas auríferas e próximas a elas, do século XVIII, e tantas outras fontes, como os testamentos encontrados. O historiadores Ivo (2012) e Ribeiro (2019) ao produzirem suas pesquisas, nos fornecem recursos que podem ser utilizados em sala de aula.

Em Ivo (2012) é possível identificar e refletir sobre mulheres empreendedoras, que conduziam habilmente seus negócios, para manter-se nesses espaços disputas, os quais exigiam habilidades não apenas comunicativas e de escritas, como também, de olhar aguçado, posicionamento assertivo e uma imagem de comerciante respeitado, para labutar entre homens seja nas condições de cliente ou de patroa exigiam delas sagacidade. A historiadora, ainda ressalta o mover das mulheres de caminhos, de alguns dos territórios transitados e das múltiplas ações e direções de seus negócios.



FONTE: Instituto Terrazul de Cultura, Comunicação e Meio Ambiente Jequitinhonha: a riqueza de um vale. (org) : Denise Menezes /Instituto Terrazul. Belo Horizonte. 2006.(p. 13).

Dentre as 73 mulheres destacadas por Ivo (2012), as mulheres de caminhos, atuante nas áreas correspondentes os sertões de Minas e Bahia, apresentam grandes diversidades de fenótipos e origens. Abaixo foram evidenciadas as que possuíam ligações mais diretas, constatas com os sertões da Bahia.



Barbara Gomes de Abreu e Lima

Evidencia Ivo (2012) a descrição de uma impactante comerciante, que mesmo residindo na capitania das Minas Gerais, mostrou-se presente as suas ações estendendo-se até os sertões da Bahia, revelando um dos múltiplos caminhos de resistências e transformação pessoal, da qual muitas das mulheres negras se utilizaram, não apenas para fugir da condição de escrava, como também, introduzir-se na elite da sociedade colonial, desassociando-se dos seus aspectos identitário anterior e incorporando os padrões e ações dos grupos da elite colonial.

Mais púdica e não menos “poderosa” que Anastácia foi a solteira Barbara Gomes de Abreu e Lima. Natural de Sergipe del Rei e crioula forra, conseguiu acumular fortuna em Minas Gerais, provavelmente com atividades comerciais exercidas em lugares diferentes. Conforme seu testamento, escrito em 1735, na Vila de Sabará, deve ter saído ainda escrava de Sergipe e nas Minas tornou-se proprietária de várias moradas de casa, de escravos (três escravos da Costa da Mina e quatro crioulinhos), roupas de variados tecidos e objetos valiosos de ouro e de prata, dentre outros. Os diversos testamenteiros declarados comprovam que Bárbara realizavam negócios em distintas praças e que tinha estreitos laços com os “homens bons” dos lugares em que exercia suas atividades. É muito provável, que essa crioula tenha sido uma das “mulheres de caminho” que transitaram entre a Bahia e as Minas. (Ivo, 2012, p. 272)



Nattaria Soares e Francisca Antônia



Segundo Ivo (2012), possuía passadores – Silvestre Pereira de Brito, Pedro Antônio Barbosa e José Ribeiro da Silva, que buscavam do sertão cavalos e os produtos de gêneros alimentícios para serem comercializados no Tejuco e Gouveia, centros de extração de mineração em Minas Gerais. Semelhante, a Francisca Antônia, residente na região de Minas Gerais, na Vila do Papagaio, há poucos registros de suas passagens ou de representantes, o que é preciso detectar são as conduções de cargas consideráveis relacionadas também ao gênero alimentício e animais tanto para transportes, quanto como fonte de alimentos. Revelando que Nattaria Soares na condição de comerciante e Francisca Antônia, como de passadora foram mulheres com possíveis relações comerciais com os sertões da Bahia.

Anna Lourença

Ivo (2012) caracteriza Anna Lourença como comerciante e mulher de caminho, com maior destaque nos registros de Inhacica, seja na condução direta da passagem dos produtos ou como responsável. Além de apontar duas fazendas como referência residencial – a Fazenda Bom Jardim e a Fazenda do Tenente Bento Belchior, que também era homem de caminho –, os registros sinalizam uma ligação entre esses sujeitos. A senhora Anna Lourença é retratada com grandes cargas preciosas nos sertões, de valores superiores aos descritos nas fontes para outras mulheres e homens de caminho.

A imagem abaixo refere-se ao registro de controle fiscal, no qual oito mulheres foram identificadas e descritas suas cargas de condução e os valores correspondentes em réis, demonstrando a importância e o impacto econômico que tais atividades possuíam. Além dos valores não declarados por motivos desconhecidos, que podem abrir espaço para discussões sobre possíveis motivos, pois a descrição do produto aponta para bens e produtos muito desejados nos sertões.

Figura da tabela: Mulheres de Caminhos – transitar nos sertões de Minas Gerais e da Bahia.

Tabela XL - Trânsito de mulheres.

Registros de menor circulação de mulheres			
Jequitinhonha	Mulher de caminho	Produto	Valor (em réis e oitavas)
	Ana Maria, vindo do rio Verde para São Domingos	24 @ carne seca	7 oitavas e 1/2
	Dorotéa de Araújo	4 cabeças de gado vacuum	5 oitavas
	Fradique da Mota	48 surrões de sal da terra, 12 @ de açúcar e 8 de peixe seco	26 oitavas e 1/4
	Maria de Oliveira	3 cargas de molhados	2\$250
Rio Grande			
	Josepha Silva Gonçalves	24 cargas: 2 de secos e 22 de molhados	Não-declarado
	Ana das Aguiar Parda Forra	37 cargas molhados + 2 escravos	Não-declarado
Pitangui			
	Joanna Gonçalves Pereira, vindo de Pitangui	3 @ carne seca e 5 surrões sal	3.000
Rio Pardo			
	Josefa Maria de S. Brás	1 escrava	2 oitavas, 1/2 e 20 vinténs

Fonte: Anais dos registros fiscais.

FONTE: Ivo (2012, p.278)

Ivo (2012) afirma que a presença das mulheres nas ações comerciais é de influência dos costumes africanos, sendo readaptados e reinterpretados no agir feminino nos sertões da Bahia e de Minas Gerais. Tal informação ajuda a entender o elevado número de escravas, forras e mestiças inclinadas à dedicação a práticas comerciais, utilizando como meios modificadores das vidas os investimentos nas múltiplas formas de trabalho, como meio para alcançar seu objetivo de tornar-se relevantes quando na condição de escrava, ao mesmo tempo em que viabilizava a sonhada mobilidade social.

Já Ribeiro (2019), ao analisar um tronco familiar materno de Ana Francisca, as mulheres sertanejas nos séculos XVII e XVIII, contribui para as reflexões sobre a presença feminina e os desdobramentos das ações e dos modos de viver e trabalhar dessas mulheres para além dos seus círculos familiares, como também nos moldes e aspectos permanentes, readaptações e rupturas que contribuíram para constituir a sociedade colonial no interior dos sertões da Bahia.

Dessa forma, ao investigar as experiências e as trajetórias de vida das mulheres relacionadas direta ou indiretamente a Ana Francisca, o historiador descortina parte da base histórica da presença portuguesa nas terras do interior da capitania baiana, apontando a destruição dos povos indígenas para a formação e a consolidação das estruturas socioeconômicas do sistema do Brasil colonial. Além de revelar uma silhueta do cotidiano dos séculos XVII e XVIII nas trajetórias de vida de outras mulheres, como Maria da Costa Dias e Clara Gonçalves, observam-se as circulações e as relações socioeconômicas e culturais que aconteciam nos sertões baianos.

Ana Francisca da Silva



Imagem ilustrativa inspirada na tese do doutorado de Ribeiro (2019) sobre ao tronco familiar materno de Ana Francisca, representando as mulheres donas de fazendas, que atuavam nas ausências de seus maridos e transmitiam os seus conhecimentos para suas descendências, na intenção de manter os bens e ajudar no desenvolvimento dos patrimônios familiar.

Fonte: ilustração criada em aplicativo de IA por Cleidson e Quedma

Ana Francisca foi uma mulher da elite sertaneja do século XIX, que teve a vida e a genealogia investigadas pelos Comissários do Santo Ofício, para certificação de que nada desabonasse nem a ela e nem ao marido para receber títulos concedidos pela igreja, os destacando na sociedade do Alto Sertão. Os traços fenotípicos de Ana Francisca sugeriam a presença de sangue indígena, que a descreditará a ela e a seu esposo para serem habilitados com o título de Familiar do Santo Ofício.

Esse processo de verificação produziu inúmeras fontes históricas, que ajudaram Ribeiro (2019) a identificar ancestralidade indígena. Entretanto, os comissários ignoraram o fato evidente e a declararam branca, cor para o acesso aos privilégios da elite, mesmo que fosse incoerente; o status social e os bens materiais eram diferenciadores apreciados pela elite colonial e imperial brasileira.

Os estudos sobre o tronco familiar de Ana Francisca deram-se por diversas fontes históricas diretas, cruzadas e constatadas. Através delas, o autor confirma a base e a formação da estrutura da Fazenda Campo Seco, que foi uma importante fazenda a ponto de impactar positivamente a economia da província da Bahia. A opulência do sobrado do Brejo, sede da fazenda, que dantes era creditada somente ao marido de Ana Francisca, Miguel Lourenço de Almeida, revela-se um equívoco.

Os fatos e informações históricas dos séculos XVII, XVIII e XIX comprovam que a formação e a estruturação da Fazenda Campo Seco tiveram como base o empenho, o conhecimento e a dedicação do trabalho feminino.

Em resumo, sobre Ana Francisca, Ribeiro (2019) afirma:

A trajetória de Ana Francisca significou a sedimentação cultural do trabalho feminino, transmitido lentamente pelas gerações anteriores, cujo percurso, ao passo que se confundiu com o processo de expansão da colonização, apresentou raízes históricas, fincadas na ancestralidade miscigenada do tronco familiar. (Ribeiro, 2019, p. 19)

As mulheres, que compuseram o tronco familiar de Ana Francisca, enunciadas por Ribeiro (2019) são: Joana de Sá, sua Bisavó, casada com Francisco de Brito Gondim, descendentes diretos dos primeiros colonizadores em Pernambuco e em ambos manifestavam, os efeitos do processo de miscigenação étnico cultural no séc. XVII[1].

[1] Riberio (2019), apresenta afirmações com base nas pesquisas historiográficas em Freyre e outros historiadores como Vainfaz e Souza, argumentando que a miscigenação no século XVII, na região atual pernambucana, diante o número ínfimo de europeus, sobretudo das mulheres europeias e das estruturas menos públicas relacionais das culturas indígenas, o processo de uma “sociabilidade híbrida” resultou em intensa mestiçagem.

E foi a partir de sua avó Theodora de Brito Gondim, casada com o português João Pinheiro de Azevedo, que se iniciou, na primeira década do século XVIII, o deslocamento em direção ao sertão, fixando-se em Santo Antônio do Urubu de Cima. Já a sua mãe, Micaela Maria de Jesus, em meados do século XVIII, deslocou-se para a região da Vila do Rio de Contas (entre Brumado e Caetité), onde ali estabeleceram as estruturas fundamentais da apoteótica Fazenda Campo Seco. Abaixo, um mapa retratando os termos e vilas percorridos e vivenciados pela família materna de Ana Francisca.

Mapa do percurso familiar de Ana Francisca da Silva



FONTE: (Ribeiro, 2019, p. 100)

As instabilidades de fixação vivenciadas por essas mulheres revelam que o povoamento e a colonização luso-brasileira desse território foram marcados, para além das dificuldades dos distanciamentos em relação ao litoral, como também pelos conflitos e disputas territoriais e de fronteiras, diante das resistências indígenas. Foram, como argumenta Ribeiro (2019), diante dos estudos anteriores de outros historiadores, “as ações femininas nessas zonas instáveis da expansão colonial” (2019, p. 20).

As mulheres da família materna de Ana Francisca manifestam, nos esforços de viabilizarem as fazendas e consequentemente suas famílias, aplicações de conhecimentos herdados, além de adaptações dos mesmos, perante as vivências e as novas experiências para lidar com as atividades agrícolas ligadas ao cultivo do tabaco[1], atividades de subsistência[2] e da criação de gado e posteriormente de algodão.

Sobre os homens da parte materna de Ana Francisca, as informações elucidadas por Ribeiro (2019) podem ser assim resumidas: o seu bisavô Francisco de Brito Gondim e o avô João Pinheiro de Azevedo deixaram suas esposas tomando conta das fazendas e partiram para a região do Sertão de Cima, nos termos de Jacobina e Rio de Contas; disputavam terras, expulsando e participando de extermínios indígenas, e aventuravam-se nas atividades mineradoras. Ausentes por longos anos de suas famílias, alguns deles tiveram relações e filhos não reconhecidos. Já as mulheres tiveram sobre si o peso da liberdade vigiada, porém utilizaram das autonomias nas decisões administrativas, agrícolas, de comercialização das fazendas e das articulações sociais nos arranjos matrimoniais das filhas e para si mesmas, por tornarem-se viúvas ainda jovens, como foi o caso de Micaela.

[1] Ribeiro (2019) apresenta informações históricas, que tanto o plantio presente desde Joana de Sá, quanto Theodora, as experiências com o Tabaco, sendo esta de origem americana e comumente cultivadas pelos indígenas, sobretudo as mulheres indígenas policulturas para manutenção e sustento próprio e criação do gado cavalari (bovinos e cavalos), baseados nos trabalhos escravos indígenas e africanos. As atividades foram comumente práticas na região de Inhambupe muitas outras do Brasil colônia dos séculos XVII e XVIII.

[2] Ribeiro (2019) “... plantio de produtos para abastecimento e subsistência, como feijão, mandioca e cana para fabricação de rapadura” (Ribeiro, 2019, p. 105).



Fonte: CE-DOHS

Ativar o Windows
Acesse Configurações para ati

FONTE: <http://www5.uefs.br/cedohs/camposeco/>

Já quanto ao marido de Ana Francisca, Miguel Lourenço de Almeida, Ribeiro (2019) apresenta em resumo da seguinte forma: um ambicioso português, nasceu pobre em Portugal, mas sempre buscou ascender socialmente; migrou para a colônia brasileira na intenção de aproveitar as oportunidades; empenhou-se principalmente em representar os interesses de outros da corte nos diversos tipos de atividades comerciais nas capitâneas da Bahia e de Minas Gerais. Tornou-se escrivão do juizado de órfãos e combinou comercialmente com Micaela, pouco antes do falecimento dela, o casamento com Ana Francisca, sendo ela ainda criança com 09 anos de idade, e consolidou o matrimônio quando completou 15 anos e ele 47 anos. Ele fixou residência na Fazenda Campo Seco quando ainda Micaela era viva.

Histórias cruzadas de outras mulheres em Ribeiro (2019)



Maria da Costa Dias

Um dos relatos das primeiras décadas do século XVIII de Inhambupe (vila que demarcava a direção para os sertões baianos) encontrados nas fontes na pesquisa de Ribeiro (2019) foi o de uma viúva de João Dias Rabello, que ousadamente requereu diretamente ao rei de Portugal solicitando a confirmação e a garantia da posse de terras entre os rios Inhambupe e Subaúma como direito à transmissão dos bens para si e seus descendentes. Alegou que ela e o esposo trabalharam arduamente e possuíam alvará. As fontes históricas e as pesquisas históricas anteriores afirmam que a mesma possuía ainda mais três sítios após a querela, comprovando a prosperidade na aquisição de novos bens após a morte do marido.

Maria da Costa Dias é um dos exemplos das ações femininas que, mesmo diante de estruturas legais do século XVIII que dificultavam às mulheres a posse e a gestão de seus bens e que oficialmente precisavam geralmente de representações masculinas, muitas das mulheres, em suas trajetórias de vida, sobretudo nos sertões, onde as estratégias eram urgentes e extremamente necessárias, ampliavam as suas ações femininas. Como elucidada Ribeiro (2019), as mulheres de posses de fazendas procuravam demonstrar alta moralidade e apego ao catolicismo da época, estando sempre presentes em casa e participando de parcerias com a igreja, muito eficientes nos trabalhos, criando e mantendo boas alianças com homens que buscavam manter status sociais e religiosos de reconhecimento de um bom homem.

Clara Gonçalves

Clara Gonçalves, preta forra, natural de Cabo Verde, foi escrava de Pedro Leolino Mariz [1] na Fazenda do Brejo das Carnaíbas [2] e, alforriada, contraiu matrimônio, na primeira metade do século XVIII, com Mathias João da Costa [3], imigrante português, e tiveram 11 filhos, alguns deles antes do casamento. Sobre a condição do início desse relacionamento, Ribeiro (2019) traz desconfiças da natureza, talvez inicialmente, ter sido imposta, já que Mathias desfrutava de muitas das benesses do seu comandante, o qual era dono de Clara, além das relações desiguais entre os gêneros, que caracterizam o período histórico.

[1] Pedro Leolino Mariz é um sujeito histórico, que, segundo Ivo (2012), foi um dos homens de “valores” e de “fronteira” que representavam a coroa portuguesa na América Portuguesa para administrar, explorar, combater os indígenas e outras ameaças à coroa portuguesa, além de desbravar as terras dos sertões de Minas e da Bahia.

[2] Inserir Informações Da Faz. Brejo das Carnaíbas, atualmente corresponde os territórios entre as cidades de Guanambi e Igaporã, pertencia a Pedro Leolino Mariz, permitiam que andantes e tropeiros pudessem desfrutar de paradas e

[3] Segundo Ribeiro (2019), Mathias João da Costa, de origem de Arcebispado de Braga era um dos desbravadores dos sertões subordinado a Pedro Leolino Mariz, prestando serviços e parcerias nos embates com os indígenas, abrindo picadas de estradas, condução de produtos minerais e demais produtos ao comando do era homem destemido e obediente a Pedro Leolino Mariz.

Ribeiro (2019) expõe que, apesar dos diversos e hostis desafios enfrentados por Clara por viver na condição de escravidão no Sertão de Cima nas primeiras décadas do século XVIII, ela posteriormente tornou-se uma mulher forra extremamente rica. No seu inventário constam muitos bens, como: seis escravos, móveis, roupas finas, gados da Fazenda Carnaíba, lavouras diversas de alimentos de subsistência, aparelhos importantes para produção de rapadura e muitos outros objetos. Tais dados e outras confrontações de outras fontes revelam que muitos desses bens e a potencialização dos mesmos não foram adquiridos devido ao casamento, mas alguns deles terem sido conquistados ainda na condição de escrava, pelas suas habilidades em comercializar, administrar e cultivar as fazendas.

“A preta forra Clara”, como refere Ribeiro (2019, p. 112), é uma representação proporcionalmente pequena, se comparada ao número de indivíduos de condição semelhante, mas que atesta uma sociedade sertaneja de “dinâmicas sociais multidirecionais” (2019, p. 112) e confirma a afirmação de Ivo (2012) dos sertões de mobilidades diversas e a afirmação de Paiva (2023) das interações e fusões dos grupos sociais, manifestando as pluralidades; ao passo que as justaposições são acomodadas, estabelecem e mantêm os distanciamentos sociais. Clara foi uma das mulheres setecentistas que, pela sua trajetória de vida e as formas dos trabalhos desempenhados por ela, podemos ler e interpretar as formações das estruturas e funcionamentos das primeiras fazendas e consolidação da colonização portuguesa nos interiores dos sertões, na primeira metade do século XVIII.

FRAGMENTOS DE VIDA DAS MULHERES NOS SERTÕES BAIANO DO SÉCULO XIX - EM NEVES (2012) E PIRES (2010)

Identifica os fragmentos do viver e trabalhar das mulheres que viveram no Sertão de Cima em Neves (2012) e em Pires (2010). As obras historiográficas citadas não focam nas trajetórias das mulheres do Sertão da Ressaca e do Sertão de Cima da Bahia, mas visam explorar as experiências socioeconômicas das comunidades sertanistas, sobretudo a exploração da mão de obra escrava no século XIX. No entanto, este trabalho propõe perceber, dentro destes recortes espaciais e do tempo histórico, as condições dos modos de viver e trabalhar das mulheres desses sertões baianos.

Tendo o foco nas ações femininas do século XIX, Verona (2013) informa sobre as mulheres, em especial as cariocas, e a ampliação socialmente aceitável do agir feminino nos espaços sociais de circulação, inclusive retratada nas vestimentas, pois nestas foram incorporadas peças de roupa com características para manifestar, no cotidiano, um parecer de elegância e delicadeza, atributos referidos às mulheres. Portanto, “adaptar-se às novas circunstâncias socioculturais que decorreram do processo crescente de europeização do gosto” (2013, p. 10), à medida que socialmente era aceita a ação e a circulação das mulheres, aparentemente impera a necessidade de manifestar, nos moldes de transitar nos espaços conquistados, demarcações que os validam às mulheres.

É preciso ressaltar que pesquisas como a de Ribeiro (2019) descrevem deslocamentos das mulheres pelos sertões da Bahia ainda no século XVIII, mas estas, devido às circunstâncias da consolidação da ocupação territorial da colônia portuguesa, ao se empenharem nas suas árduas e solitárias atribuições mais ampliadas dos trabalhos diários, inevitavelmente tiveram um certo nível de autonomia de circulação. Embora estas sempre eram feitas com justificativas, conhecimentos e autorizações, quando possíveis, dos homens familiares mais próximos, amenizando e combatendo preventivamente quaisquer críticas sociais normativas legais e dos costumes da época.

Neste sentido, antes de discorrer sobre o tema central desta dissertação, cabe ressaltar que Neves (2012), ao promover uma discussão historiográfica sobre a escravidão no sertão do século XIX, contribui para compreender, como afirma Ramos, “que Neves propõe descortinar as especificidades da escravidão na pecuária e policultura sertaneja, lançando mão de uma abordagem socioeconômica” (2022, p. 162). E, ao fazê-lo, nos informa dados relevantes para a identificação das formas de trabalhar e agir de mulheres não apenas na condição de escravidão, mas como libertas, livres e das senhoras da elite, que atuavam seja na administração dos seus bens, seja na promoção de status e meios para os seus descendentes.

Neves (2012), ao analisar uma série de documentações encontradas principalmente no arquivo de Caetité, no Alto Sertão da Bahia, como testamentos, inventários, dentre outros, não apenas promoveu a ampliação do pensar sobre as ações e os impactos econômicos dos sertões da Bahia, como também a percepção desses sujeitos sociais, destacando informações históricas que comprovam as ações das mulheres nesse espaço social no século XIX. Pontuam-se os efeitos do tráfico interprovincial, mas, sobretudo, as leis abolicionistas, esclarecendo que as estratégias de resistências sutis para alcançar as alforrias foram utilizadas, principalmente entre as mulheres, os maiores indícios de alforrias conquistadas.

Os estudos de Neves (2012) apresentam dados que salientam as mulheres administradoras de fazendas, ainda no século XVIII, como é o exemplo de Joana da Silva Guedes de Brito, que, inclusive, um dos seus administradores e seus arrendatários possuíam uma grande quantidade de terras, “450 reses na fazenda de Caetité” (2012, p. 78), com inúmeras cabeças de gado. A senhora Joana tinha terras arrendadas tanto no Sertão da Ressaca quanto no Sertão da Mina Nova, dentre outras terras em alta quantidade nos sertões, sendo a maioria dedicada à criação de gado *vacum*, uma parte delas dedicada à atividade de policultura agrícola para manutenção e sustento da vida das fazendas e moedas de comércio com os tropeiros e andantes que por lá passavam, além de um quantitativo considerado de escravos.

É indubitavelmente enorme a mão de obra escrava nos sertões da Bahia, no século XIX, nas mais diversas atividades do Alto Sertão, como na pecuária, nos muitos afazeres dos serviços domésticos, nas lavouras de produção para o mercado exportador[1] e para subsistência e mercado interno local. Não apenas nas grandes fazendas, mas também nas médias propriedades e até nas consideradas pequenas, com 25 reses, que basicamente configuravam trabalho agrícola familiar, porém consta o trabalho escravo e, na maioria das vezes, não possuíam supervisão, pois a relação descrita é fruto das complexidades subjetivas das relações sociais locais.

[1] A produção de algodão voltado para o mercado exportador, ou seja, “a cotonicultura destacou-se por destinar uma parcela significativa da produção para o mercado externo, até que se instalassem indústria têxteis no Império (Neve, 2012, p. 88-89).

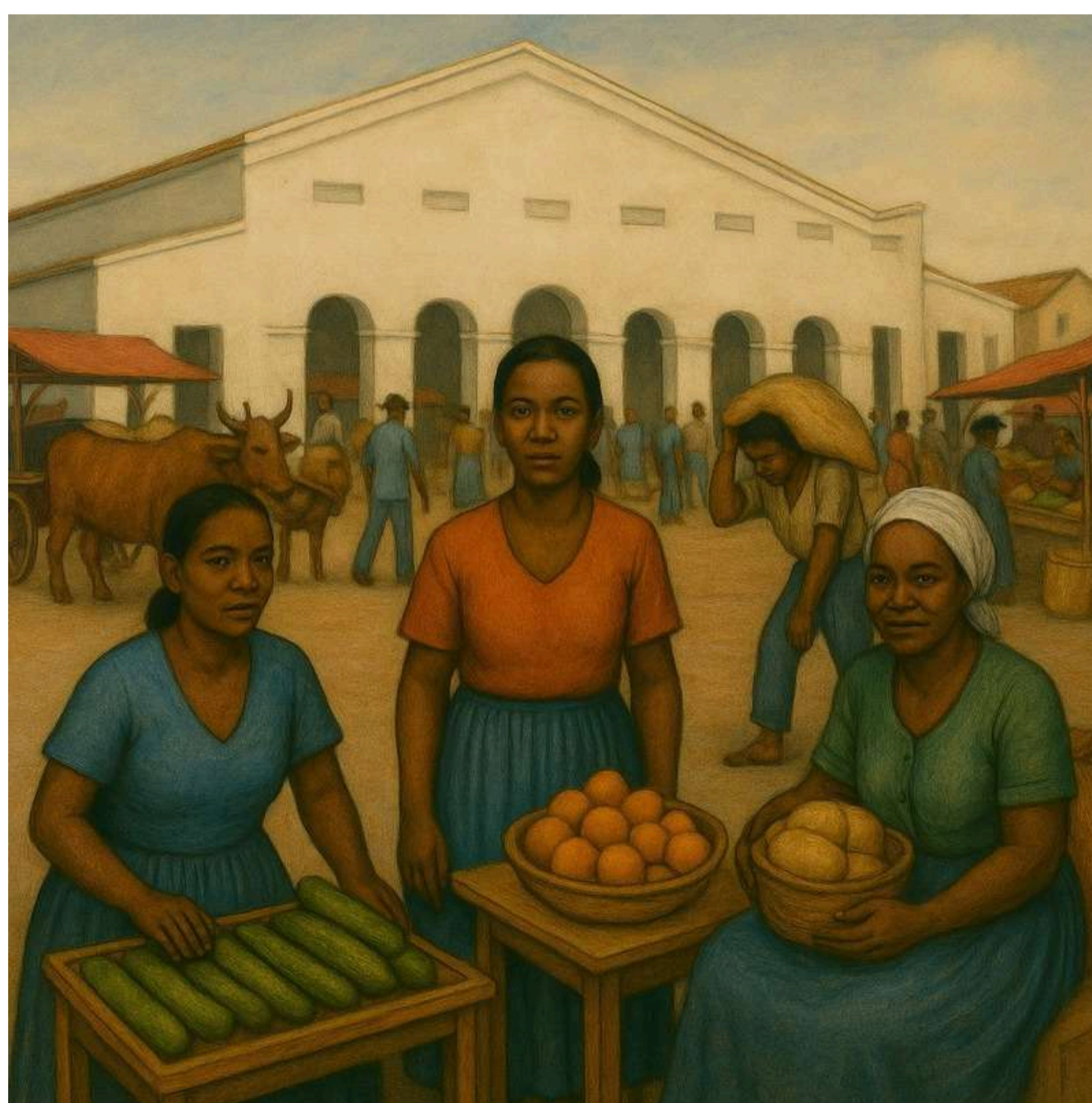
Nesse modo, adapta-se aqui a tabela de profissões empenhadas pelos escravos nos sertões, apresentada por Neves (2012), evidenciando abaixo apenas os trabalhos femininos profissionais. A “Tabela III – Profissões de escravos indicados em inventários de senhores, escrituras comerciais e cartas de liberdade – Caetité, 1801-1888” (Neves, 2012, p. 88). Ele construiu a tabela com dados das fontes, incluindo e que as escrituras de compra e venda dos períodos de 1838-1888.

Tabela profissões evidenciando trabalho direcionada as escravas

PROFISSÕES	INVENTÁRIOS		ESCRITURAS		LIBERDADES	
	N	%	N	%	N	%
Domésticos	39	13,0	54	36,5	2	13,3
Costureiras	21	7,0	4	2,7	-	-
Rendeira	8	2,6	-	-	-	-
Fiandeiras	2	0,7	1	0,7	-	-
Tecelãs	2	0,7	-	-	-	-
Lavadeira	1	0,3	5	3,4	3	20,0
Sem informação	2295		1608		995	
Total	2596	100,0	1756	100,0	1010	100,0

FONTE: de Neves (2012, p. 88)

Imagens ilustrativas representando o lidar das mulheres escravas, forras e livres do Alto Sertão da Bahia no século XIX



Imagens acima meramente ilustrativas - representando as profissões.
Fonte: ilustração criada em aplicativo de IAs por Quedma Carvalho

Não diferentes, Neves (2012) e Pires (2010) não têm as mulheres como meta principal da sua pesquisa, mas as complexidades das relações sociais na estrutura da escravidão, as resistências, as leis abolicionistas e o fim da escravidão no Alto Sertão da Bahia no século XIX, no contexto histórico do Tráfico Interprovincial. Sendo assim, suas interpretações permitem um panorama amplo para a percepção do agir de mulheres dos diferentes grupos sociais e entender as mulheres como agentes do protagonismo de resistências de variadas versões, percebidas ao se ampliar e analisar pelas vivências escravas[1].

Quando Pires (2010) apresenta os dados da análise feita sobre “o comércio de escravos em Rio de Contas e Caetité”, revelam-se a superioridade da negociação em Caetité e a classificação dos preços das escravas serem menores do que os dos escravos, devido à principal finalidade do uso da mão de obra, destinada às lavouras dos cafezais na região sudeste do Brasil, assim também “indicam vitalidade da escravidão no alto sertão baiano às vésperas da abolição” (2010, p. 42).

[1] Afirma Pires (2010): “As vivências escravas, naquilo que revelam do seu modo de ser e de ver as coisas, são menos tangíveis e é sempre mais difícil frequentá-las. Nessa medida, os processos criminais abrem algumas possibilidades para alcance dessa perspectiva. Todavia, é necessário assentá-la em sua temporalidade a fim de contextualizar tensões e arranjos cotidianos, valiosos indícios da vida social, indispensáveis às tentativas de reconstituição da trajetória de tantos anônimos para história” (2010, p. 17).

Nesta perspectiva, Pires (2010) destaca desagregações familiares e tormentas a partir das análises dos registros de notas de tabelionatos, negociações, inventários e outros documentos dos arquivos públicos de Caetité. Como o trecho abaixo destacado pela autora relata, a situação de vulnerabilidade social que o contexto histórico impunha a algumas mulheres.

Nas pesquisas historiográficas recentes, como em Pires (2010), mais especificamente na página 43, há uma análise de como traficantes do tráfico interprovincial de escravos utilizavam de espertezas para comercializar crianças em condição escrava.

AS AÇÕES DAS MULHERES LIVRES – GRANDES E MÉDIAS FAZENDEIRAS

A pesquisadora Pires (2010), para além de examinar as relações socioeconômicas gerais da época, fornece contundentes evidências das múltiplas ações das mulheres livres fazendeiras de grande e médio porte como agentes comerciais ativas na comercialização de escravos nos sertões da Bahia. Registros encontrados nos arquivos de Rio de Contas informam nomes de senhoras, tanto na categoria de compradoras como de vendedoras, como “Bibiana Maria de Miranda, com três registros de venda assinalados na década de 1870-80, e Custódia Vieira do Bonfim, com dois registros de compra na década de 1870” (2010, p. 56).

Assim como essas duas mulheres acima citadas, tratavam-se de senhoras da elite viúvas lidando com as relações comerciais naturalizadas pelo contexto histórico e alguns desafetos, como sinaliza a autora no caso de Bibiana, sobre os pertences deixados ao seu comando após as mortes de seus falecidos maridos, na maioria dos casos, e resistindo às estruturas patriarcais do seu contexto histórico.

Dentre as ações das senhoras da elite sertaneja, destacavam-se as concessões de cartas de alforria condicionadas. Essas alforrias, embora mitigassem parcialmente o peso da escravidão, mantinham os libertos submetidos ao serviço por tempo determinado ou até mesmo pelo resto da vida de suas senhoras. Como exemplificado por Pires (2010), era comum que alforrias de filhos de escravas fossem concedidas "pelo muito amor", mas sob a condição explícita de servir "enquanto for viva", revelando assim uma estratégia de perpetuação do domínio por parte das elites proprietárias.

Em contextos de precariedade econômica, algumas senhoras utilizavam as alforrias condicionadas como mecanismo para assegurar assistência sem arcar com os custos de manutenção de escravos. É o caso analisado por Pires (2010) de Olympia Carvalho que, abandonada pelo marido e em situação financeira crítica, concedeu alforria a duas crianças escravas – Benvenuto e Benedicta – que herdaria do pai, impondo a condição de que a servissem até completarem 25 anos de idade. Essa prática demonstra como a concessão de liberdade era instrumentalizada para manter relações de dependência e suprir necessidades econômicas das proprietárias.

Pires (2010) destaca Maria Rosa de Jesus e Francisca Maria do Nascimento como mulheres com poucos recursos, exemplos de pequenas sítiantes que utilizaram lavouras de subsistência com plantio caracterizado pela diversidade agrícola e criação de poucos animais. Através de trabalho pesado e contínuo, atuavam e se organizavam para viver nos sertões da Bahia, e essas práticas contribuíram para o início do cultivo do café. “Alguns autos revelam a diversidade da produção agrícola e são sugestivos da importância da introdução dessa nova cultura na região” (2010, p. 179).

ESTRATÉGIAS PARA A LIBERDADE

As estratégias para liberdade no contexto sertanejo manifestavam-se tanto nas ações cotidianas quanto nas negociações formais. Pires (2010) demonstra que, desde a infância, as meninas eram direcionadas aos serviços domésticos, aprendendo atividades como costura e lavoura, enquanto a autora também reflete sobre a privação do brincar e a negação de paternidade como mecanismos de controle. Essas condições, somadas às opressões do cotidiano, forjaram arranjos e sutilezas relacionais que serviram como base para estratégias de resistência e reinterpretação das normas por parte dos grupos marginalizados.

Os esforços pela liberdade materializavam-se concretamente nas alforrias concedidas, que refletiam tanto a capacidade de aproveitamento de oportunidades quanto as ações persistentes das mulheres libertas. Como evidência quantitativa dessas estratégias, Pires (2010) expõe os dados da Tabela 4 – Escravos alforriados (gênero e idade), Rio de Contas – 1870-1888, demonstrando como essas conquistas eram fruto de complexas experiências de negociação e sobrevivência no espaço sertanejo.

Tabela - Escravos alforriados (gênero e idade), Rio de Contas – 1870-1888.

Escravos						
Homens				Mulheres		
Década	1870	1880	Total	1870	1880	Total
Adultos	72	35	107	92	57	149
(%)	51,4	83,3	58,8	60,9	77	66,2
Crianças	41	-	41	41	09	50
(%)	29,3	-	22,5	27,2	12,2	22,2
Idoso	27	07	34	18	08	26
(%)	19,3	16,7	18,7	11,9	10,8	11,6
Total	140	42	182	151	74	225
(%)	34,4	10,3	44,7	37,1	18,2	55,3

FONTE: Pires (2010, p.77).

Quanto à distribuição de alforrias por gênero, os dados analisados por Pires (2010) revelam que as mulheres foram as principais beneficiárias nas décadas de 1870 e 1880, exceto entre os idosos, onde os homens apresentaram ligeira vantagem. Essa exceção pode ser atribuída à funcionalidade mantida pelas mulheres idosas nos serviços domésticos, como cuidados infantis, preparo de alimentos e supervisão de outras escravas, tornando-as menos propensas à alforria nessa faixa etária.

Apesar do crescimento no número de libertos, Pires (2010) demonstra que o trabalho escravo permaneceu crucial para economia sertaneja até a véspera da abolição em 1888. Este contexto perpetuou diversas formas de resistência, especialmente entre mulheres escravas, cujas estratégias incluíam desde negociações por alforria até a manutenção intencional de vínculos familiares como ato de preservação identitária e sobrevivência.

As ações resistentes manifestavam-se particularmente na esfera familiar, onde mulheres escravizadas buscavam constituir e manter famílias, estabelecendo acordos com senhores e poupando recursos para comprar alforrias. Essas práticas, documentadas por Pires (2010) através de registros históricos, revelam como a formação de laços familiares funcionava simultaneamente como estratégia de afronta ao sistema escravista e como projeto de liberdade futura.

Portanto, os registros de casamentos entre escravizados, como documentados por Pires (2010), revelam que a formação de famílias constituía uma estratégia consciente de resistência e negociação perante os senhores. Apesar dos riscos impostos pelo tráfico interprovincial – que frequentemente dissolvia esses laços através de transações comerciais –, manter vínculos familiares representava não apenas uma forma de afeto e permanência territorial, mas também um canal crucial para alcançar a alforria, transformando o espaço doméstico em um campo de batalha silencioso pela liberdade.

Ao analisar as experiências de escravas e libertas através das redes de convívio e sobrevivência, tem-se a intenção e a preocupação de tornar visíveis e apresentá-las como pontos de reflexão as experiências sociais de sujeitos marginalizados. Portanto, ao salientar as ações femininas na pesquisa de Pires (2010), amplia-se a discussão sobre os percursos, as formas de viver, de sentir, as resistências diárias e as relações de apoio e opressões presentes no cotidiano conectado e complexo dos sertões da Bahia.

Dando continuidade, ao perceber as mulheres marginalizadas em Pires (2010), nota-se as migrações constantes, as movimentações e o convívio entre as populações mais pobres, sobretudo na “direção à Chapada Diamantina, ao Sertão da Ressaca, ao Sul da Bahia... retornando assim que possível” (2010, p. 185). E, em meio aos processos crimes, Pires (2010), ao analisar registros de instâncias jurídicas, identificou casos relacionados a sujeitos marginalizados que, devido às redes de apoio e de sobrevivência das complexas relações sociais, tiveram em alguns casos “procedimentos favoráveis à emancipação própria ou em favor de parentes e amigos” (2010, p. 187).

Como demonstra o trecho a seguir de um inquérito de 1893 analisado por Pires (2010, p. 188): “Se Philomena assim como Genésio e sua irmã são bons procedidos, amantes da ordem ou se gostam de promover desordem e inquietar o sossego público? Que Philomena é uma mulher muito bem procedida e pacífica, mas que Genésio e sua irmã gostam sempre de andarem com barulhos e promovendo desordem”⁹.

O que Pires (2010) apresenta acima é que a circularização de escravos, libertos e livres era comum, constante e havia uma certa rede de apoio entre alguns senhoris e sujeitos marginalizados. Revelando as “mútuas relações pessoais de afeto e amizade...” (2010, p. 192), que se davam entre os diferentes sujeitos sociais, pois é no cotidiano que as redes de relações mostram-se tão cheias de emaranhados, sutilezas, união, mas também de contrastes e tensões.

Dando continuidade à análise das dinâmicas de poder no contexto escravista, os processos crimes estudados por Pires (2010) revelam que os castigos físicos brutais infligidos a escravos eram sistematicamente justificados como “pedagógicos” pelos senhores, com profundo viés de controle social. O caso emblemático de Joanna – espancada mortalmente por seu senhor Francisco da Luz em 1888, mesmo estando em resguardo pós-parto – demonstra a crueldade institucionalizada, agravada pela impunidade do agressor, que sequer foi formalmente inquirido pela justiça, evidenciando a convivência do sistema com a violência escravista.

A naturalização da violência extrapolava o universo adulto, atingindo também crianças escravizadas, como exemplificado pela morte da escravinha Maria, cuja senhora, Anna Francisca do Bonfim, defendia os maus-tratos sob alegação de que a criança “sempre doente e comia terra”. Este caso, entre outros documentados, ilustra como a justiça negligenciava brutalidades contra escravizados, tratando vítimas como “desobedientes” e ignorando o caráter homicida das agressões.

A impunidade era sustentada por mecanismos legais que desqualificavam testemunhas escravizadas e libertas, enquanto depoimentos de vizinhos e profissionais livres (como a ganhadeira Anna Joaquina e o ferreiro Antonio Francisco) eram sistematicamente desconsiderados. Esses registros não apenas expõem a barbárie do sistema, mas também revelam redes de solidariedade marginalizadas que tentavam, sem sucesso, desafiar a estrutura de poder vigente.

Complementando a análise sobre as relações de poder pós-abolição, Pires (2010) demonstra que o domínio senhorial persistia mesmo sobre libertos, como no caso de Innocência Maria de Jesus, forra agredida por ordem da fazendeira Dona Florentina em Caetité. A autora revela como o sistema judicial perpetuava essa opressão: mulheres forras não podiam ser reconhecidas como vítimas de violência doméstica quando o agressor era o marido, evidenciando a continuidade das estruturas de controle após a alforria.

No âmbito econômico, as mulheres sertanejas – sejam senhoras, pobres livres, forras ou escravas – desenvolviam intensa atividade produtiva, atuando desde serviços domésticos e artesanato (como fiação e costura) até a produção de alimentos básicos como beiju e biscoitos de goma. Essa multifuncionalidade era estratégia vital para garantir a sobrevivência familiar no contexto socioeconômico adverso dos sertões, transcendendo as barreiras impostas por sua condição de gênero e classe.

Quanto à resistência cotidiana, as fontes analisadas por Pires (2010) atestam que essas mulheres enfrentavam a vida social com coragem, criando seus filhos muitas vezes sem companheiros. Suas trajetórias foram marcadas por notável versatilidade e engenhosidade para superar não apenas limitações econômicas, mas também normas culturais restritivas e valores sociais opressivos.

No entanto, a violência de gênero permanecia como ameaça constante, como evidenciam dois casos judiciais: Sebastiana, fiandeira agredida por recusar avanços amorosos, e Maria de Jesus, vítima das desconfianças e violência do próprio marido. Estes exemplos ilustram como a condição feminina as expunha a agressões tanto em espaços públicos quanto domésticos, com poucos mecanismos de proteção legal.

Por fim, a implementação da Lei Áurea encontrou resistência entre elites sertanejas, que, mesmo cientes das mudanças iminentes, não se prepararam para a transição. Muitos fazendeiros, como os Cangussús da fazenda Brejo do Campo Seco, lamentaram com saudosismo o fim da escravidão, atribuindo-lhe crises financeiras – demonstrando assim a persistência de mentalidades escravistas mesmo após a abolição legal.

Como destaca Pires (2010), para a maioria dos fazendeiros sertanejos, a abolição representou a perda do "bem" mais valioso de seus espólios (p. 253). Essa percepção ecoou nas páginas do jornal "A Pena" e nas crônicas de João Gomes, que atribuíam à abolição tanto as crises financeiras quanto o êxodo populacional para o centro-sul. Tais efeitos, contudo, foram intensificados pela ausência de organizações políticas e sociais, agravadas pelas severas estiagens que assolavam a região.

Apesar desse cenário aparentemente desfavorável, Pires (2010) demonstra que a vida econômica do alto sertão manteve seu ritmo pós-abolição, em padrões próximos aos do período anterior (p. 269). Além disso, a autora observa que "os costumes e hábitos dos moradores das roças praticamente não se diferenciavam daqueles que viviam nas pequenas cidades do alto sertão" (p. 270), indicando certa continuidade sociocultural.

Sob uma perspectiva mais abrangente, a pesquisa de Pires (2010) possibilita reconstruir o passado sertanejo através de uma abordagem que valoriza a agency feminina. Seu trabalho amplia o foco para as mulheres pobres, negras, escravizadas e libertas – maior segmento populacional historicamente negligenciado tanto como fontes quanto como objeto de estudo na historiografia tradicional.

Dessa forma, a autora não apenas revela as múltiplas formas de atuação dessas mulheres em diversas conjunturas, mas também restitui sua presença histórica, demonstrando como seus percursos compõem um panorama essencial para compreender as dinâmicas sociais e econômicas dos sertões baianos para além das elites agrárias.

Exemplo de Aula Histórica

Tema: A presença feminina na formação territorial do sertão da Bahia

Apresentação inicial

1. Carga Horaria Total : 05 aulas.

2. Etapa de ensino: Ensino Médio

3. Ano: 2ª série Ensino Médio.

4. Idade aproximada dos estudantes: 17 anos

5. Conteúdo Histórico: O processo de interiorização e ampliação do território da América portuguesa: criação de gado no sertão nordestino e no sul, drogas do sertão, atuação jesuíta e mineração.

6. Recorte temático: Os diferentes ações de diversas mulheres no processo de ocupação e formação dos territórios dos sertões da Bahia: Ressaca e do Alto Sertão.

7. Objetivos dos conteúdos substantivos / Objetos de Conhecimento

- Identificar as contribuições das fazendas de gado e a mineração na formação e ocupação no processo de interiorização e da ampliação do território da América portuguesa;
- Reconhecer a relevância e as pluralidades do agir feminino na consolidação da ocupação do interiores do território da colônia na América portuguesa;
- Entender as relações sociais na sociedade colonial e a estrutura patriarcado no interior da colônia nos séculos XVII e XVIII e a sociedade colonial;
- Refletir sobre as diferentes experiências de vida e das relações trabalho dos diferentes sujeitos históricos dos sertões da Bahia durante o processo de interiorização do Brasil colônia.

8. Objetivos de segunda ordem

- Estimular a capacidade de refletir sobre o agir restrito e generalista apontados as mulheres pelas narrativas tradicionais e estabelecer uma análise dos diferentes atuar feminino narrados em historiografias atuais, como Ribeiro (2019) e Ivo (2012), sob processo de interiorização do Brasil colônia dos séculos XVII e XVIII. Aguçando diálogos possibilitem reconstruir diferentes cenários relacionais das experiências das mulheres do Alto Sertão baiano no século XVIII como sujeitos históricos plenos, compreendendo o conhecimento histórico como um processo complexo e conectados, que contribuem para a reinterpretação e ressignificar os diferentes discursos sobre as mulheres no presente para promoção de novas atitudes, que impactarão a sociedade posteriormente.

Aula 01

Tempo estimado: 1h aula = 50 minutos

Meta: Levantamento das protonarrativas/ideias prévias sobre os sujeitos ativos; espaços geográfico e das atividades socioeconômicas e culturais.: investigar quem os estudantes identificam como sujeitos ativos na construção dos espaços do interior baiano e a forma que foram constituídos. E perceber, após reflexões e análises a articulação do conteúdo, além de levantar os discursos tradicionais e do senso comum sobre o agir das mulheres no passado.

Atividade: Em grupos compostos de 04 membros analisar as imagens entregue e responder individualmente nos cadernos as questões propostas e selecionar uma imagem por grupo e expô-la na socialização, mediante as questões entregues ao grupo.

Prezado colega,

Os materiais sugeridos a seguir tem a seguinte intencionalidade:

- As seleções de imagens: é intencional que as representações visuais fornecidas aos grupos pouquíssimo inclui figuras humanas ou referências a elas em condição do senso comum.
- O objetivo é observar se os estudantes, espontaneamente, identificam e incluem mulheres como agentes ativas na construção desses espaços geográficos e socioeconômicos. Essa abordagem permite diagnosticar até que ponto as narrativas tradicionais – que frequentemente omitem ou invisibilizam a atuação feminina – estão internalizadas no imaginário dos estudantes.

1º Momento em grupo 15 minutos

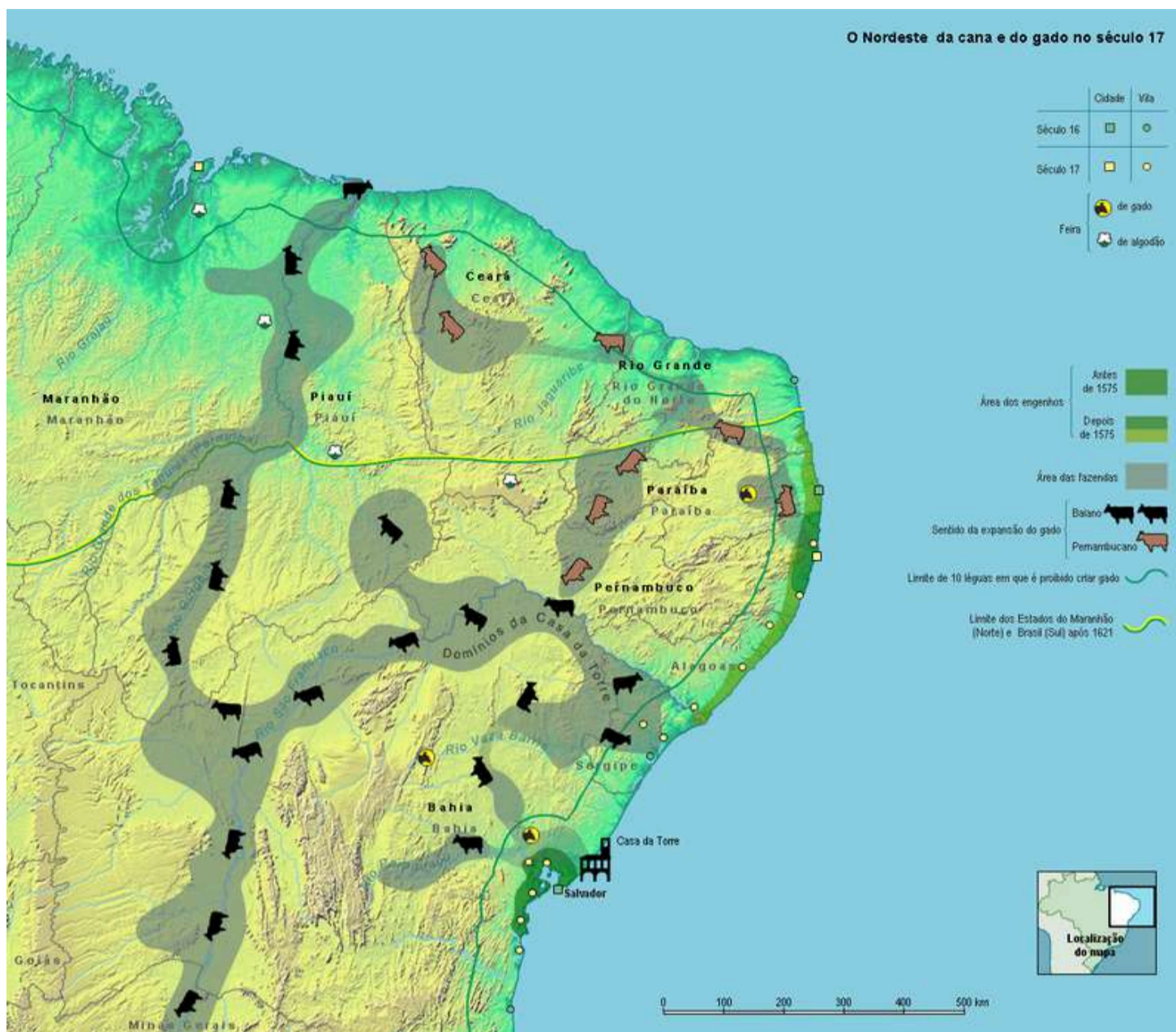
Entrega das imagens (sugestão de duas imagens, uma representando o passado histórico e outra, os símbolos de um ou mais município local ou município circunvizinhos e as questões a serem anotadas e respondidas no caderno, que serviram na socialização.

Perguntas reflexivas para análise das imagens

- Vocês reconhecem as representações dos espaços geográficos?
- Esses espaços ficam próximos ou longe da região litorânea?
- Vocês acreditam que esses espaços territoriais sempre tiveram os mesmos contornos (limites e fronteiras) que tem hoje?
- Vocês imaginam quando ocorreram as primeiras ocupações desses espaços?
- Vocês conseguem informar quais foram as atividades econômicas utilizadas como meios de viabilizar a vida longe do litoral?
- Quais elementos culturais atuais da região estão presentes nas imagens?
- Você consegue identificar as representações dos sujeitos sociais?
- Para você eles podem ser considerados os protagonistas na formação e consolidação desses territórios? Justifique sua resposta.

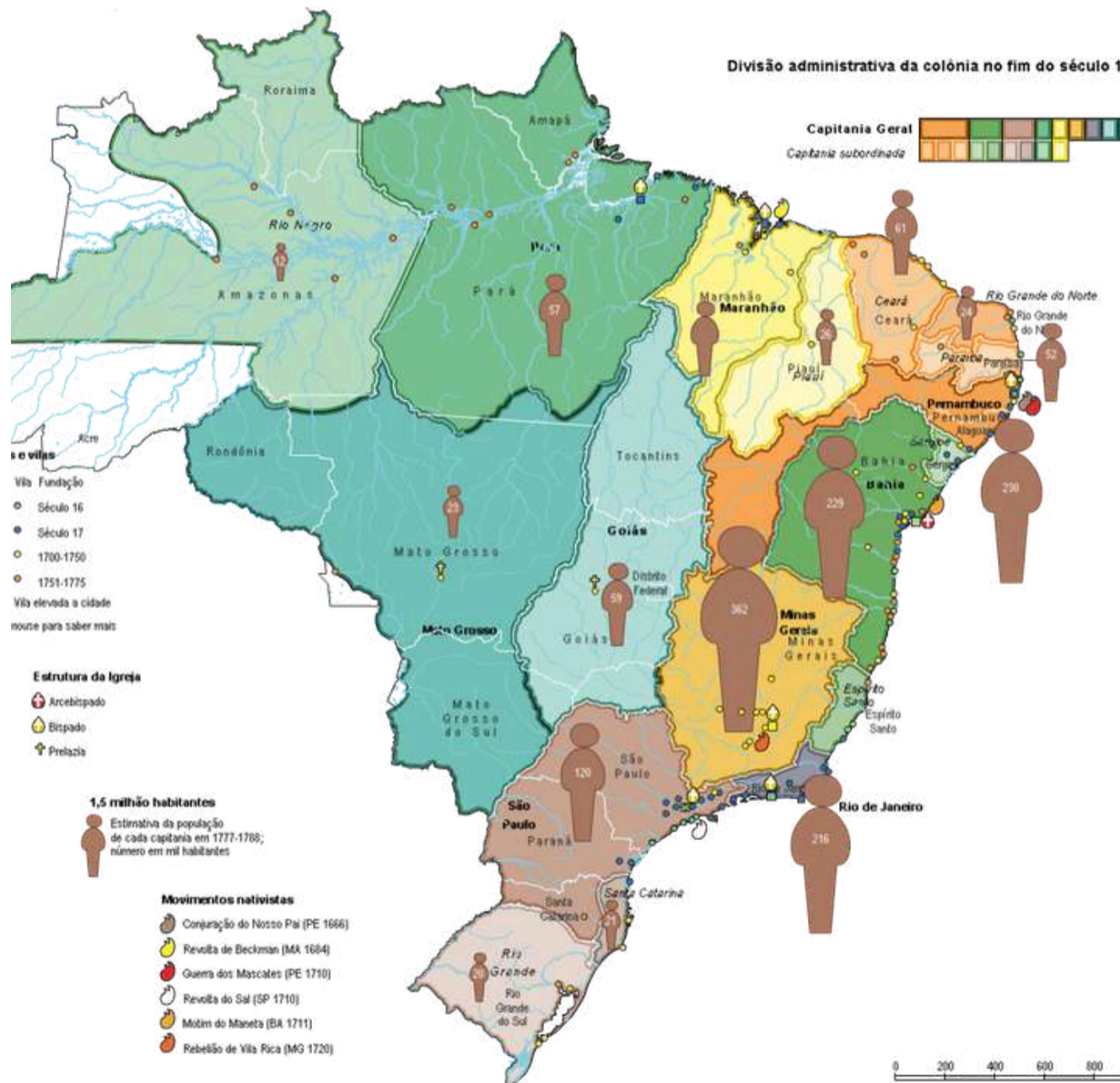
Abaixo as sugestões das imagens, além das questões provocativas:

Caminho do Gado - O nordeste da cana e do gado no século XVII

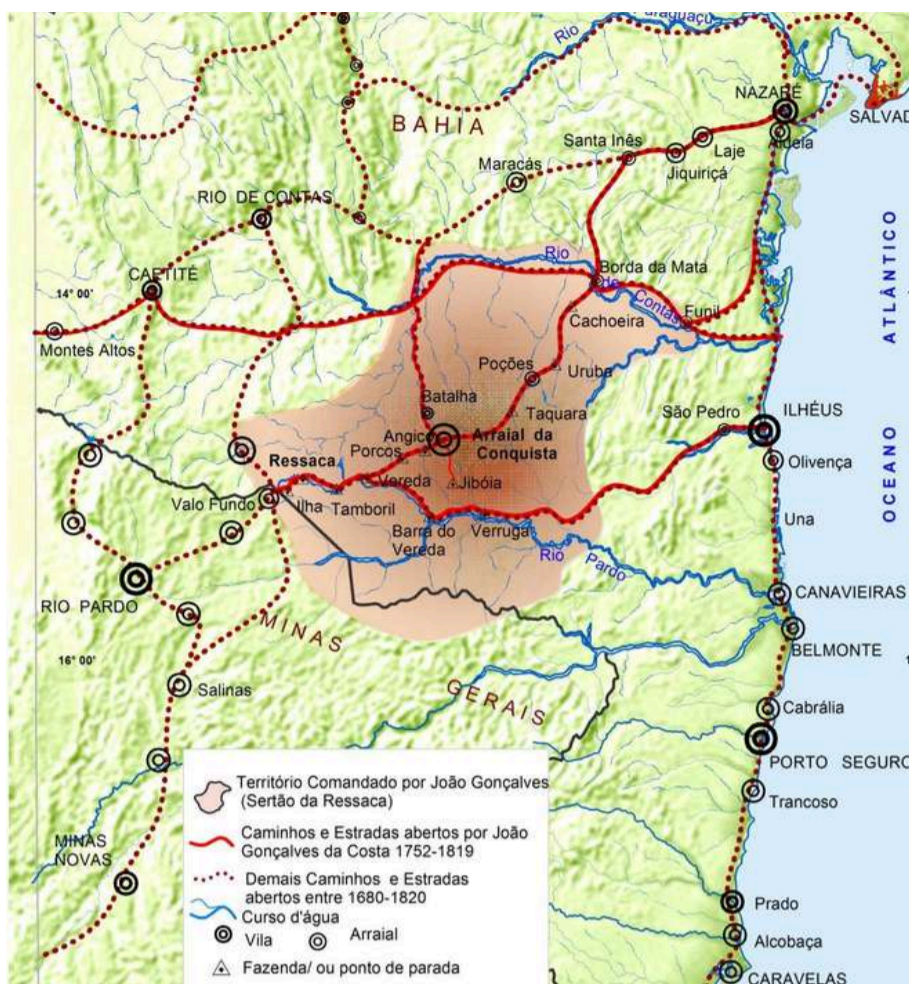


Fonte: Atlas Histórico do Brasil FGV - O caminho do gado no século XVII - <https://atlas.fgv.br/marcos/caminhos-do-gado/mapas/o-nordeste-da-cana-e-do-gado-no-seculo-17>

Divisão administrativa da colônia no fim do século XVIII



Fonte: 4



Elaborado por Altemar Amaral Rocha com base em informações documentais do Arquivo Histórico ultramarino – Biblioteca Nacional – Brasil (2013) e do livro Viagem ao Brasil de Maximiliano – 1817 (1940), e do Atlas Geográfico de Vitória da Conquista (2015)
FONTE: site - O Papel De João Gonçalves Da Costa Na Produção Do Espaço Baiano – Entre Os Séculos XVIII e XIX As Origens Do Território De Vitória Da Conquista

Fonte: 5



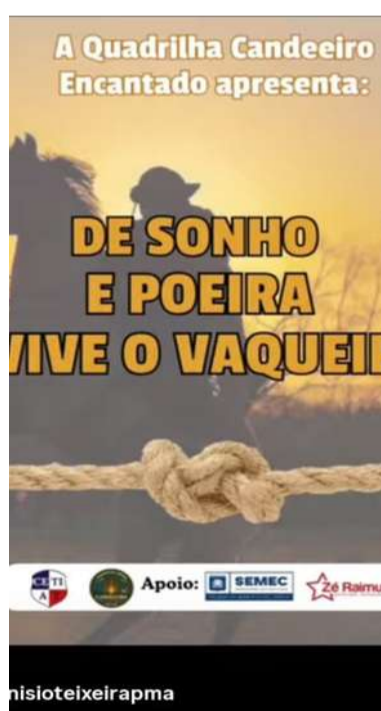
Brasão atual do município de Iuiu (2025). Fonte: https://www.iuiu.ba.gov.br/fotos/logos_e_simbolos_oficiais-7

Fonte: 6



Brasão atual do município de Caetité utilizado na bandeira, site e documentos oficiais. (2025)
Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Bras%C3%A3o_de_Caetit%C3%A9

Fonte: 7 - Quadrinha Junina do Colégio Estadual de Tempo Integral Anísio Teixeira da cidade de Palmas de Monte Alto, a primeira imagem trata-se de um dos anúncios, publicada no dia 18 de Junho, o convite à comunidade para apreciar no dia a apresentação da quadrinha (a 2ª imagem *print* do vídeo da apresentação) no dia 22 de Junho de 2025. Imagens retiradas do Instagram do colégio @anisioiteixeirapma em agosto de 2025



2º Momento da aula: 25 minutos

Cada grupo terá um tempo de 05 minutos para socializar as análises das imagens a partir das questões norteadoras e destacar a imagem que mais acharam relevante e justificar a escolha.

Cabe ao professor organizar a ordem das e pontuar no quadro pontos relevantes apresentados pelas equipes.

3º Momento da aula: 10 minutos

Após as apresentações, o professor poderá projetar uma reflexão ou ressaltar uma problemática abordada pelos grupos ou provocar relacionando **a participação feminina na construção e consolidação desses espaços**.

Pontos de sugestões para compor a fala do professor:

1. Quem os grupos apontaram como protagonistas;
2. Como descrevem os "protagonistas" (uso de linguagem neutra, masculinizada ou inclusiva);
3. Como, se assim o fizeram, os grupos mencionam a presença feminina;
4. Se associam atividades específicas (como cultivo, criação de animais, comércio ou gestão doméstica) a mulheres.

Aulas: 02

Tempo: 01 horas aulas tempo de 50 minutos

Meta: Estimular o desenvolvimento da Metacognição - Interpretação e análises de trechos de pesquisas historiográficas sobre as ações das mulheres na formação e consolidação dos espaços geográfico, socioeconômico e cultural na região.

Atividade: Leitura do texto conduzida por roteiro de leitura. As observações solicitadas pelo roteiro de leitura devem ser anotadas individualmente no caderno e, em seguida, socializadas das impressões coletadas dentro do grupo para, então, decidir coletivamente sobre a forma da apresentação artística livre do grupo.

1º Momento da aula: 05 minutos - Orientação geral

- Divisão dos grupos (sugestão 06 grupos - duplicidade dos textos)
- Informar os estudantes que os textos entregues terão que ser lidos e anotados os pontos dos roteiros de leitura no caderno;
- Entrega dos mesmos textos para cada grupo, juntamente com o roteiro de direcionamento de leitura;
- Entrega do Barema dos critérios avaliativos das apresentações futura;
- Momento da leitura 20 minutos;
- Tempo de registrar as anotações da leitura: 10 minutos.

2º Momento da aula: 30 minutos - Leitura e anotações

- Entregar aos grupos do Barema com os critérios que serão avaliados:
- Textos selecionados de Ivo (2012) e Ribeiro (2019) retirados no material acima e impresso.
- **TEXTO 1: AS DIFERENTES MULHERES NOS SERTÕES DA BAHIA (Baseado em Ivo, 2012 e Ribeiro, 2019)**

Roteiro para leitura e reflexão do texto 1

- Quem eram essas mulheres e qual sua condição social (livre, escrava, forra)?
- Quais atividades econômicas elas desempenhavam? Liste-as.
- O que a trajetória de Clara Gonçalves, especificamente, nos revela sobre as possibilidades (mesmo que limitadas) de ascensão social para mulheres negras no período colonial?
- Compare as ações dessas mulheres com a ideia de que a mulher colonial estava restrita ao espaço doméstico. O que as fontes nos permitem questionar?
- É possível dizer que este conhecimento histórico nos ajuda a compreender alguma situação da contemporaneidade, perceber a continuidade e permanências das relações sociais?
- Quais pontos desses conhecimentos históricos contribuem para pensar nas relações atuais e repensar sobre a percepção sobre as mulheres?

- **TEXTO 2: AS MULHERES E SUAS FORMAS DE VIVER E TRABALHAR (Baseado em Ivo, 2012 e Ribeiro, 2019)**

Roteiro para leitura e reflexão do texto 2

- Quais eram os conhecimentos necessários para administrar uma fazenda? Eles se restringiam aos domésticos?
- Como o conceito de "readaptação de costumes" ajuda a entender a atuação econômica das mulheres, especialmente as de origem africana?
- De que forma o trabalho feminino foi fundamental não apenas para a sobrevivência, mas para a consolidação econômica das fazendas e, por extensão, do próprio território?
- Com base nos textos, quebrando que estereótipo sobre a mulher colonial podemos concluir?
- É possível dizer, que este conhecimento histórico nos ajuda a compreender alguma situação da contemporaneidade e perceber a continuidade e permanências das relações sociais?
- Quais pontos desses conhecimentos históricos contribui para pensar nas relações atuais e repensar sobre a percepção sobre as mulheres?

• **Texto 3: Histórias cruzadas de outras mulheres em Ribeiro (2019)**

Roteiro para leitura e reflexão do texto 3

- Quantas são as mulheres em destaques, quais são os seus perfis sociais? Houve alguma que vivenciou muitas transformações sociais?
- Que importâncias essas mulheres tiveram no processo de ocupação e consolidação dos espaços territoriais?
- Quais estratégias e ou habilidades demonstradas nos trechos das histórias de vidas dessas mulheres?
- No que as trajetórias de vida dessas mulheres contradiz o estereótipo tradicional ou do senso comum divulga sobre a imagem histórica sobre a mulher na nossa sociedade?
- É possível dizer que este conhecimento histórico nos ajuda a compreender alguma situação da contemporaneidade e perceber a continuidade e permanências das relações sociais?
- Quais pontos desses conhecimentos históricos contribui para pensar nas relações atuais e repensar sobre a percepção sobre as mulheres?

Barema dos critérios da avaliação da apresentação do grupo

Crítérios	Exigência	Peso
Fichamento no caderno dos textos	individual	0,5
Organização da equipe (clareza na comunicação, tom da voz/ audível e respeito as falas dos colegas)	individual	0,5
A apresentação contempla os pontos das quatro primeiras questões do roteiro de leitura?	coletivo	1,0
criatividade (utilizou - paródia, ou música autoral, ou desenhos, ou poesia, ou peça, jogral, ou mesmo o seminário objetivo e assertivo)	coletivo	1,0
Entendimento do sentido histórico do passado, presente e projeção de ações para o futuro (penúltima e ultima questão do roteiro de leitura)	coletivo	1,0

3º Momento da aula: 20 minutos - Para pensar numa forma de apresentação artística livre

- Os grupos socializando as ideias;
- Decisão do formato da apresentação
- entregar a cada grupo um chromebook ou outro recursos para ajudar a montar a apresentação

Aulas: 03

Tempo: 01 horas aulas tempo de 50 minutos

Meta: Relacionar os conhecimentos históricos estudados e as relações sociais do grupo para manifestar a interpretação crítica na apresentação criativa, perspectivando a funcionalidade do conhecimento histórico na compreensão do presente.

Atividade: Socialização interna dos grupos para organização e ensaio da apresentação, com base nos critérios do barema avaliativo.

Momento da aula:

- Preparação das equipes

Sugestão de Ação para o Professor durante esta aula:

O professor atuar como mediador ou facilitador da compreensão dos textos:

- Ajudar nas dúvidas em relação ao assuntos históricos ou dos critérios avaliativos
- Incentivar com a criatividade.
- Solicitar que atente para os critérios do barema.
- Mediar possíveis conflitos: Auxiliar na organização interna e divisão de tarefas para garantir a participação equitativa de todos os membros.

Aulas: 04

Tempo: 01 horas aulas tempo de 50 minutos

Meta: Avaliar a capacidade de síntese, articulação crítica dos estudantes ao apresentarem suas interpretações sobre as trajetórias de diversas das mulheres que circularam e contribuíram para a ocupação e formação dos sertões da Bahia no séculos XVII e XVIII .

Atividade: Apresentações das equipes tempo das equipes de 03 a 05 minutos cada.

1º Momento da aula: 02 minutos

- Estabelecimento da ordem da apresentação
- Informar que na próxima aula ocorreria a auto avaliação individual e feedback do professor

2º Momento da aula: 48 minutos

- Apresentação

Sugestão de Ação para o Professor durante esta aula:

- Esteja atento para preencher o barema de cada grupo durante a apresentação;
- Zelar pela ordem da apresentação e cuidado para que o tempo de cada grupo não seja extrapolado;
- Esteja vigilante a possíveis erros conceituais e os esclareça gentilmente para toda a turma;
- E é sempre bom reforçar e agradecer pelo empenho de cada grupo.

Aulas: 04

Tempo: 01 horas aulas tempo de 50 minutos

Meta: Promover atividade em equipe

Atividade: Apresentações das equipes tempo das equipes de 03 a 05 minutos cada.

1º Momento da aula: 02 minutos

- Estabelecimento da ordem da apresentação
- Informar que na próxima aula ocorreria a auto avaliação individual e feedback do professor

2º Momento da aula: 48 minutos

- Apresentação

Sugestão de Ação para o Professor durante esta aula:

- Esteja atento para preencher o barema de cada grupo durante a apresentação;
- Zelar pela ordem da apresentação e cuidado para que o tempo de cada grupo não seja extrapolado
- Esteja vigilante a possíveis erros conceituais e os esclareça gentilmente para toda a turma.
- E é sempre bom reforçar e agradecer pelo empenho de cada grupo.

Sugestão acrescentar uma auto avaliação - Aula 05

Tempo: 50 minutos

Meta: Refletir individualmente e coletivamente sobre o processo da aprendizagem , entendendo que articulação do conhecimento históricos, as dificuldades superadas e a percepção da funcionalidade da História para compreender demandas sociais do presente e projetar futuros.

1º Momento - 20 minutos

- Responda de forma individual e reflexiva o formulário da autoavaliação.

2º Momento - 30 minutos

roda de conversa -

Objetivo: Socializar as reflexões da autoavaliação de forma colaborativa

Roda de conversa:

- sala em círculo ou semicírculo;
- Professor mediador = ressaltar a importância da reflexão coletiva sobre a construção do saber histórico da aula;
- Utilizar as perguntas da autoavaliação como perguntas norteadoras provocar os diálogos;
- Finalizar a roda solicitando de cada estudante uma palavra.

Autoavaliação das aulas anteriores individual

1. Identificação e problematização das protonarrativas

- **Identifiquei e sinalizei as ideias prévias sobre o tema antes da pesquisa?**
 Sim Não Tive vergonha de falar Fiquei perdida(o) no assunto;
- **O que você achou sobre as imagens iniciais?**
 Achei coerentes Achei desconexas
 Fui entendendo o sentido e que de certa forma já sabia sobre o assunto

2. Pesquisa e análise crítica das fontes

- **Identifiquei evidências históricas para confrontar estereótipos ou mitos sobre as ações das mulheres na consolidação do território?**
 Não acredito que as mulheres foram relevantes na construção da sociedade
 Entendi que as mulheres agiam o tempo todo como sujeitos históricos ativos
 Não conseguir perceber as ações femininas
- **Foram utilizados diferentes tipos de fontes (documentos, imagens, depoimentos)?**
 Sim, mas não consigo dizer direito Não faço ideia
 Foram interpretadas tanto imagens, quanto trechos de pesquisas de historiadores recente
- **Discutimos a confiabilidade e o contexto das fontes selecionadas?**
 Nunca questiono o que o professor (a) entrega na sala de aula
 Percebo que são bons textos imagens, que são possíveis de interpretações
 Achei os textos e imagens contraditórios
- **O que você achou sobre o conhecimento histórico sobre as mulheres no processo consolidação do território?**
 Achei esclarecedor, pois nos ajuda a entender como as mulheres são percebida ainda hoje e nos ajuda a construir a sociedade do futuro
 Achei desnecessário, pois não tem relação alguma com os dias de hoje
 Acho que apenas os homens deveria ser estudados

3. Colaboração e diálogo no grupo

- **Os membros contribuíram de forma equilibrada?**
 Sim Não A maioria Apenas alguns
- **Respeitamos e integramos diferentes pontos de vista durante as discussões?**
 Sim Não A maioria
- **Conseguimos chegar a conclusões coletivas e construir uma proposta?**
 Foi difícil chegar a um acordo, pois havia muitas ideias boas
 Foi difícil, pois ninguém queria colaborar, inclusive eu
 Foi fácil, pois obedecemos um líder
 Conseguimos estabelecer as conclusões depois que cada um expôs as interpretações

4. Produção do conhecimento histórico

- **Nosso trabalho apresenta uma narrativa histórica bem fundamentada?**
 Não, apenas repetindo informações
 Sim, pois conseguimos compreender os sentidos das informações históricas
 Não sei dizer
- **A forma de apresentação (poesia, peça, vídeo, paródia etc.) comunicou claramente nossa interpretação?**
 sim não acredito que dava para ser melhor

5. Reflexão sobre o passado e a carência do tempo presente

- **Ao interpretar e contextualizar as estruturas do assunto, as informações históricas te ajudaram a compreender alguma demanda social do seu presente?**
 sim não para mim o passado não tem relação com o presente
- **Identifique duas estruturas do seu presente, que você percebeu ao analisar as subjetividades e as complexidades foram compreendidas**

-
- **Ao estudar o passado a partir das relações das experiências do presente, quais perspectiva de futuro sobre o seu comportamento e para a sociedade pode ser projetado?**
-

6. Dificuldades e superação

- **Quais foram os maiores desafios enfrentados pela equipe?**
-
- **Como poderíamos melhorar nosso trabalho no futuro?**
-

Referências

ALVES, Gláucia da Rosa do Amaral & BECKER, Elsbeth Léia Spode. As Mulheres e a Historiografia. *Disciplinarum Scientia*. Série: Ciências Humanas, Santa Maria, v. 19, n. 1, p. 115-128, 2018.

BARCA, Isabel. Investigação em Educação Histórica: Possibilidades e Desafios para Aprendizagem Histórica. In: SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, Tânia (orgs). **Perspectivas de investigação em Educação Histórica**. Atas das VI Jornadas Internacionais de Educação Histórica realizadas na Universidade Federal do Paraná, de 02 a 05 de Agosto de 2006. Curitiba: Editora UTFPR, 2007. p. 26-42.

BARROS, Flávio de. Lado norte de Canudos, à direita Igreja de S. Antônio e à esquerda Igreja de Bom Jesus. [fotografia]. 1897. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico Museu da República. Disponível em: <https://museudarepublica.museus.gov.br/cronologia-resumida-da-guerra-de-canudos-e-de-euclides-da-cunha/>. Acesso em: 16 ABR. 2025.

Brasão do Estado da Bahia. [imagem digital]. Governo do Estado da Bahia, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/>. Acesso em: 08 Maio. 2025.

Brasão do Município de Canudos (BA). [imagem digital]. Prefeitura Municipal de Canudos, [s.d.]. Disponível em: <https://www.canudos.ba.gov.br/>. Acesso em: 08 Maio. 2025..

Brasão do Município de Euclides da Cunha (BA). [imagem digital]. Prefeitura Municipal de Euclides da Cunha, [s.d.]. Disponível em: <https://www.euclidesdacunha.ba.gov.br/>. Acesso em: 08 Maio. 2025.

_____. Uma casa em Canudos. [fotografia]. 1897. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico Museu da República. Disponível em: <https://museudarepublica.museus.gov.br/cronologia-resumida-da-guerra-de-canudos-e-de-euclides-da-cunha/>. Acesso em: 16 ABR. 2025.

CARVALHO, Quedma. Imagens ilustrativas representando o lidar das mulheres escravas, forras e livres do Alto Sertão da Bahia no século XIX. [imagens digitais geradas por inteligência artificial]. Bahia, maio 2025. Inseridas no produto educacional da autora.

_____. Letreiro do Parque Municipal de Guanambi. [fotografia]. Guanambi, set. 2025.

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS. In: DCRB – Documento Curricular Referencial da Bahia – versão final 2022. Subsecretário da Educação do Estado da Bahia. 2022. p. 176-203.

COLÉGIO ESTADUAL DE TEMPO INTEGRAL ANÍSIO TEIXEIRA (Palmas de Monte Alto – BA). Quadrinha Junina do Colégio Estadual de Tempo Integral Anísio Teixeira. [imagens digitais]. Publicadas em 18 e 22 jun. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/anisio Teixeirapma/>. Acesso em: ago. 2025.

FURTADO, Júnia Ferreira. Demarcações territoriais e cartografia - 3.1. Entre Minas e a Bahia: metamorfoses da mineração entre a riqueza material e a espiritual. In: PAIVA, Eduardo França (org). **Reescrevendo histórias do Brasil: conexões e dinâmicas internas no Centro-Norte (séculos XVIII e XIX)**. Belo Horizonte: Caravana, 2023. p. 123-137

IVO, Isnara Pereira. **Homens de Caminho: trânsitos, comércio e cores dos sertões da América portuguesa. Século XVIII**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.

_____. Mulheres De Caminho: Circulações Comerciais e Mobilidade Social nos Sertões do Brasil Setecentista. In: *Esclavidão, escravidão: negros e indígenas na ibero-américa (Séc. XVII –Séc XIX)*. Solimar Oliveira Lima; Rodrigo Caetano Silva. (Organizadores)- Teresina: EDUFPI, 2024.

FREITAS, Izis Pollyanna Teixeira Dias de. **Proposta de intervenção pedagógica e pesquisa na perspectiva da Aula Histórica: a gripe espanhola na Bahia**. [S. l.: s. n.], 2021.

JENKINS, Keith. *A História Repensada*. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Contexto, 2001.

MAGALHÃES, Joanalira Corpes; SILVA, Benícia Oliveira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa; SILVA, Fabiane Ferreira da. Ciência. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (Org.) *Dicionário crítico de gênero*. prefácio [de] Michelle Perrot. – 2.ed. – Dourados, **MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados**, 2019, p. 109-111.

Mapa do Estado da Bahia. [mapa digital]. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: AGOST. 2025.

Mapa do Sertão Baiano – Localização de Canudos e Euclides da Cunha. [mapa digital]. Governo do Estado da Bahia, Secretaria de Planejamento, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), 2024. Disponível em: <https://www.sei.ba.gov.br/>. Acesso em: AGOST. 2025.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Escravidão, pecuária e policultura: alto sertão da Bahia, século XIX*. Feira de Santana: UEFS, 2012.

_____. Introdução e Relatório de Miguel Pereira da Costa ao vice-rei do Brasil. In: _____; MIGUEL, Antonieta (Orgs.). **Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia**. Editora Arcádia, 2007a. p. 9-31.

_____. Ofício ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar sobre o salitre dos Montes Altos. In: _____; MIGUEL, Antonieta (Orgs.). **Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia**. Editora Arcádia, 2007b. p. 121-153.

PAIVA, Eduardo França. Dinâmicas de mestiçagens. In: _____ (org). **Reescrevendo histórias do Brasil: conexões e dinâmicas internas no Centro-Norte (séculos XVIII e XIX)**. Belo Horizonte: Caravana, 2023. p. 253-288.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. **Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima (1860-1920)**. São Paulo: Annablume, 2010.

RIBEIRO, Marcos Profeta. **Mulheres sertanistas: transmissão e sedimentação cultural do trabalho feminino na formação das primeiras fazendas de gado dos sertões baianos (1704-1838)**. 2019. 250f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2019.

SILVA, Zezito Rodrigues da. *Uma vila na periferia do império: sociedade, território e poder no alto sertão da Bahia (Vila Nova do Príncipe e Santa Anna de Caitete, 1810-1821)*. 2021. 380fls. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2021.

ROCHA, Altemar Amaral. **O papel de João Gonçalves da Costa na produção do espaço baiano – entre os séculos XVIII e XIX: as origens do território de Vitória da Conquista**. GEOPAUTA, v. 2, n. 3, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uesb.br/index.php/geo/article/view/7548> (ou o link exato do artigo, se diferente). Acesso em: 27 fev. 2025

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: Teoria da história: fundamentos da ciência histórica como ciência*. Tradução: Estevão C. de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília - UnB, 2001.

_____. *Reconstrução do Passado – Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica*. Trad. Asta-Rose Alcaide e Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da UNB, 2007, 188p.

_____. *História viva: formas e funções do conhecimento histórico*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.

_____. *Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas*. Tradução de Peter H. Rautmann, Caio da C. Pereira, Daniel Martineschen, Sibebe Paulino. Curitiba: W. A. Editores, 2012.

_____. *Contribuições para uma teoria da didática da História*. SCHMIDT, Maria Auxiliadora; MARTINS, Estevão de Resende (orgs). Curitiba: W. A. Editores Ltda., 2016.

SSobrado Brejo do Campo. [fotografia]. [S. l.]: Centro de Documentação e Informação em História da Saúde (CEDOHS/UEFS), [s.d.]. Disponível em: <http://www5.uefs.br/cedohs/camposeco/>. Acesso em: AGOS. 2025

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. *Didática reconstrutivista da história*. Curitiba: CRV, 2020 online.

_____. *Aula histórica: uma metodologia para a didática reconstrutivista da história*. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene Rosa (Org.). *Didática reconstrutivista da história*. Curitiba: W.A, 2020, cap. 4. p.127-1057.

_____. *Percursos Dialógicos com Isabel Barca: A Crise da Transposição Didática e a Construção da Aula Histórica*. Vinte Anos das Jornadas Internacionais de Educação Histórica, Porto, 2021b, p. 17-32

SCOTT, J. *História das Mulheres*. In: BURKE, P. (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 63-96.

SILVA, Cristiane Bereta da. *Conhecimento Histórico Escolar*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (orgs). *Dicionário de ensino de história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019 p. 50-54

SOUZA, Solange Jobim e. *Mikhail Bakhtin e Walter Benjamin: polifonia, alegoria e o conceito de verdade no discurso da ciência contemporânea*. In: BRAIT, Beth (org). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 331-348